

DECISÃO

Jornal Mensal da Associação dos Magistrados Mineiros | Número 165 | Outubro de 2015 | MG

Rua Albita, 194 • Bairro Cruzeiro
Belo Horizonte • MG • CEP 30.310-160

JUDICIÁRIO INDEPENDENTE, MAGISTRADO VALORIZADO

60
anos

Seis décadas de história
em defesa do magistrado



Amagis construiu em 60 anos a vez e voz do magistrado mineiro

HERBERT CARNEIRO*

Há 60 anos, um grupo de magistrados mineiros dava os primeiros passos em um movimento associativo que tinha como objetivo organizar, defender e valorizar a classe em um mundo ainda em reconstrução após a segunda guerra e em um País que se refazia das turbulências políticas. Vieram em seguida grandes transformações que marcaram profundamente a humanidade, consolidando a importância da paz e da democracia.

Aqueles primeiros magistrados não poderiam imaginar que também estavam fazendo história ao dar os primeiros passos para a criação da Amagis e da magistratura que somos hoje, a segunda maior Associação de magistrados da América Latina. Enfrentaram os baixos vencimentos, legislação caduca, incompreensão de governos, pressões várias, instabilidades políticas, quebra da ordem institucional, entre outros. Nem por isso, esses abnegados desistiram. Vocacionados e coerentes, perseveraram, convencidos de que havia uma missão maior, a paz social e o Estado de Direito, que, para ser concretizada seria antes fundamental consagrar a independência e a valorização da magistratura.

Em todas as etapas e grandes eventos, a história de nossa Amagis se confundiu com a do País e recebeu influências inevitáveis. Um dos marcos de nossos avanços e conquistas, a união e integração da magistratura, do interior e da capital, que, hoje engrandecem a Associação, foram as mesmas que lhe deram impulso e fortalecimento. No início dos anos 70, em nome da legitimidade e do pertencimento, juízes e desembargadores decidiram superar os efeitos danosos da suspensão do Estado de Direito e, apesar desse contexto sombrio, consolidaram aquela que é a única representante e braço político da magistratura mineira.

De lá pra cá, em meio às adversidades, reforçamos a crença na democracia e no associativismo, com a realização da primeira eleição em 1975 e nos associamos à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O crescimento era inevitável. Paralelamente ao avanço associativo, vieram em seguida conquistas para a classe, como a criação do plano de saúde (Centro do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico), a doação do terreno e construção de sede da Amagis, símbolo físico de nossa força administrativa e política. E mais, a primeira Colônia de Férias (Nova Viçosa) e o Parque Esportivo.

Com a redemocratização, todo o País renasceu para a irreversível reconstrução política, administrativa e institucional. Para se refazer, a democracia dependia do protagonismo de suas organizações. Em 85, a Amagis inicia campanha pela autonomia do Judiciário; convoca assembleia de magistrados para reivindicar vencimentos compatíveis, culminando com a paralisação por 48 horas, em 88, seguida de vitória histórica na Assembleia Legislativa. A magistratura começava a ter vez e voz junto aos Três Poderes.

Paralelamente, a Amagis participou ativamente dos trabalhos das novas Constituintes Federal e Estadual, chegando a acionar o Supremo Tribunal Federal, por meio da AMB, em defesa das prerrogativas da magistratura mineira, relacionadas à vitaliciedade e aos critérios de movimentação na carreira.

Nossas principais forças, a integração e a convivência de classe nunca foram ignoradas e ganharam mais um canal de reafirmação com o lançamento do Centro de Convivência, o Integramagis, entre o interior e a capital, ativos, aposentados e pensionistas. O resultado foi materializado em novas conquistas, com a manutenção do pagamento das aposentadorias pelo Tribunal, um plano de saúde premiado nacionalmente, a implantação da gestão itinerante, compartilhada e participativa e a homenagem anual aos aposentados.

Assim, revigorados, participamos intensamente das consecutivas reformas da LODJ, instituindo melhorias nas condições de trabalho e de segurança, ajudando a criar o Fundo do Judiciário, inaugurando parceria inédita com o Tribunal, avançando na democratização do Judiciário, com ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores para Mesa Diretora do TJ, dando maior transparência nas decisões do Tribunal, por meio da transmissão das sessões e assento no Órgão Especial. Tudo isso, representou, na ponta, o aperfeiçoamento da Justiça e da prestação jurisdicional ao cidadão.

Hoje, ser juiz tem outro valor daquele de 60 anos atrás, mas a coerência e a convicção daquele período permanecem intocáveis e fiéis à sua missão original. Sessenta anos depois, a Amagis está presente em todos os debates sobre o futuro e os rumos do Judiciário e da magistratura. ●

(*) Presidente da Amagis

“Hoje, ser juiz tem outro valor daquele de 60 anos atrás, mas a coerência e a convicção permanecem intocáveis e fiéis à sua missão original”



**Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

**ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)**

Presidente:Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro**Vice-presidente Administrativa:**
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto**Vice-presidente Financeiro:**
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos**Vice-presidente de Saúde:**
Juiz Maurício Torres Soares**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira**Vice-presidente do Interior:**
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto**Diretor-Secretário:**
Morvan Rabêlo de Rezende**Diretora-Subsecretária:**
Juíza Maria da Graça Rocha Santos**Diretoras de Comunicação:**
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto**Coordenador de Comunicação:**
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008**Jornalistas:**
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634**Projeto Gráfico:**
Agência Graffo**Diagramação:**
Fosfato Comunicação Digital**Pré-impressão/Impressão:**
Gráfica e Editora Del Rey**Tiragem:** 2.300 exemplares

ÍNDICE

Critério de
residência para
juiz é aprimorado

3

27

Amagis Saúde
incentiva
prevenção com
mamografia

- » Critério de residência para juiz é aprimorado 03
- » Amagis reage e acusa retrocesso 04
- » Diretoria reforça união e integração 05
- » Feijoada Solidária arrecada novos recursos para o Nutris 06
- » Conselho Deliberativo instala Junta Eleitoral 07
- » Amagis forma primeira turma de brigadistas 08
- » Curso da Enfam e da Amagis será em novembro 09
- » Amagis completa 60 anos sem perder a vocação original 10

- » Trajetória associativa marcada por avanços e conquistas 12
- » Juízes celebram 60 anos da Amagis com estudo e inovação 14
- » Parque em Ubatuba é opção de turismo ecológico e cultural 15
- » Projeto distribui 20 mil livros de graça 17
- » Tribunal de Justiça e TRE-MG empossam desembargadores 20
- » Conselheiro vê importância na contribuição dos juízes 24
- » Amagis Saúde incentiva prevenção com mamografia 27
- » ANS confirma excelência da Amagis Saúde pela 8ª vez 28

Diretoria
reforça união
e integração

5

28

ANS confirma
excelência da
Amagis Saúde
pela 8ª vez

ÓRGÃO ESPECIAL

Critério de residência para juiz é aprimorado

Tiago Parrela



Alberto Diniz representou o presidente Herbert Carneiro

No dia seguinte à aprovação pelo Órgão Especial do TJMG da proposta da Amagis, de alteração da resolução nº 547/2007, que dispõe sobre a possibilidade de residência dos magistrados fora das respectivas comarcas, o Tribunal de Justiça publicou, no dia 24 de setembro, a minuta da resolução aprovada durante a sessão do dia 23.

A alteração requerida pela Amagis buscava aprimorar

parâmetros para a solicitação do magistrado residir fora da comarca, permitindo que os pedidos sejam feitos com base em critérios mais objetivos.

Antes da aprovação da alteração pelo Órgão Especial, uma comissão criada pelo Tribunal estudou a proposta de aprimoramento da norma. O trabalho da comissão subsidiou a Comissão de Organi-

zação e Divisão Judiciárias, que criou a nova resolução.

PRIMEIRO GRAU

No dia 26 de setembro, o Órgão Especial institui o Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, atendendo à resolução nº 194 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, foi representado, na sessão, pelo desembargador Alberto Diniz, diretor da Secional de Belo Horizonte.

De acordo com a norma, os tribunais devem constituir o comitê para, entre outros objetivos, fomentar, coordenar e implementar os programas, projetos e ações e atuar na interlocução com o CNJ, a Rede de Priorização do Primeiro Grau e as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados. ●

CONHEÇA OS NOVOS CRITÉRIOS

I – No caso de a sede da comarca e o município em que o juiz pretende residir integrarem a mesma Região Metropolitana do Estado de Minas Gerais, a distância entre a residência do juiz e a sede da comarca não poderá ser superior a 60 quilômetros;

II – Nos demais casos não abrangidos pelo o inciso I, além da distância entre a residência do juiz e a sede da comarca não poder ser superior a 60 quilômetros, deve ocorrer uma das circunstâncias:

a) ausência de estabelecimento de ensino médio na comarca, quando o magistrado tiver filho ou dependente legal, que resida com ele, em condições de frequentá-lo;

b) insuficiência do serviço de saúde na comarca para o magistrado que possua cônjuge, companheiro, filho ou dependente legal,

que resida consigo, acometido de enfermidade cujo tratamento seja de longa duração e não possa ocorrer na mesma comarca;

c) risco para a segurança pessoal do magistrado e de seus familiares, quando decorrente da função jurisdicional;

d) outra situação que, para atender ao interesse público, seja considerada excepcional, a critério do Órgão Especial por decisão fundamentada.

Art. 3º São requisitos da autorização para a residência de juiz fora da respectiva comarca:

I – realizar audiências todos os dias da semana, salvo particularidades específicas da vara, devidamente justificada;

II – ter pontualidade e assiduidade no cumprimento do horário de expediente forense;

III – alcançar produtividade superior à mínima estabelecida no ato normativo próprio do TJMG, em cada um dos últimos seis meses anteriores ao requerimento, salvo particularidade específica, devidamente justificada;

IV – inexistir contra o juiz representação e/ou incidente correicional por motivo de ausência ou impontualidade, salvo justificativa devidamente fundamentada;

V – possuir disponibilidade para comparecer ao local de trabalho fora do horário de expediente ou em dias não úteis sempre que sua presença for solicitada, sem prejuízo do plantão forense;

VI – ter o escrivão ciência sobre o endereço residencial do juiz e dos números de seus telefones fixo e móvel.

30 anos



Nelson Jr. / SCO-STF

“Em seis décadas de atuação firme e operosa, a Associação dos Magistrados Mineiros muito tem contribuído na defesa da independência do Poder Judiciário, na luta por melhores condições de trabalho e de prestação jurisdicional e na promoção do conagração da família forense. A união dos juizes por meio do associativismo confere à magistratura vigor e vivacidade, características que contribuem sobremaneira para a paz social, rumo a uma democracia cada vez mais robusta em nosso País.”

– **Ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF e do CNJ**



“Sejam seis ou 60 anos de atuação associativa, a Amagis celebrará sempre seus avanços e conquistas, mas nunca, em hipótese alguma, descuidará de sua principal e original missão, que é a inarredável defesa do magistrado, de sua independência, dignidade e valorização”

– **Desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis**

PECs DOS CARTÓRIOS

Amagis reage e acusa retrocesso

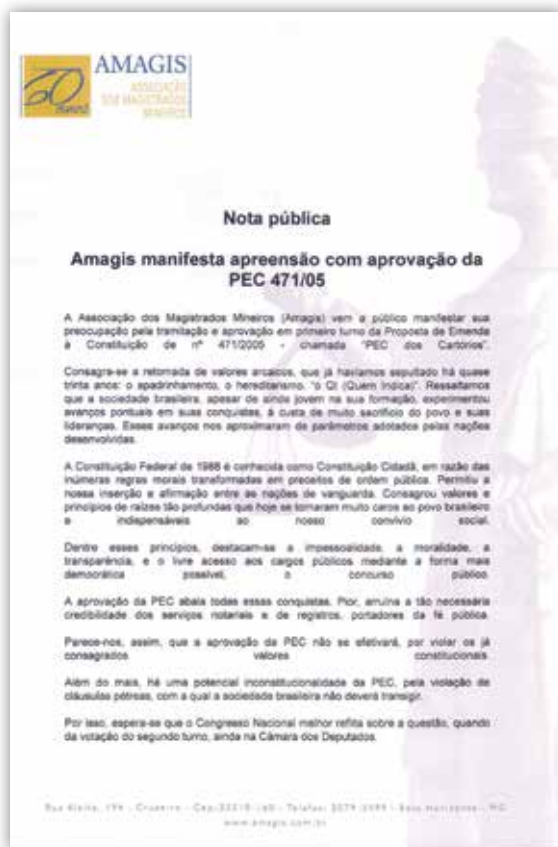
Ganhou repercussão nacional a reação da Amagis à aprovação das PECs dos Cartórios (nº 471/2005), no dia 31 de agosto, pela Câmara dos Deputados em primeiro turno, com 333 votos favoráveis, 133 contrários e 6 abstenções.

O site especializado Consultor Jurídico ressaltou que, no texto, a Associação classificou a medida como arcaica e como um abalo aos princípios estabelecidos na Constituição Federal, como a impessoalidade, moralidade, transparência e livre acesso a cargos públicos.

O jornalista Frederico Vasconcelos, do jornal Folha de São Paulo, também observou a defesa da Constituição de 1988 pela Amagis, destacando em seu blog o seguinte trecho da nota: "Há uma potencial inconstitucionalidade da PEC, pela violação de cláusulas pétreas, com a qual a sociedade brasileira não deverá transigir. Por isso, espera-se que o Congresso Nacional melhor reflita sobre a questão, quando da votação do segundo turno, ainda na Câmara dos Deputados".

No texto, o presidente da Amagis, desembarrador

Herbert Carneiro, acusa prejuízo às conquistas da Constituição Cidadã e o comprometimento da credibilidade dos serviços notariais e de registros, portadores de fé pública. Além dessa, tramita no Senado outra PEC (nº 51/2015) de teor semelhante. Junto à nota pública, o presidente da Amagis enviou manifestação a todos os 53 deputados federais mineiros e a todos os senadores do País (81), fazendo apelo para não aprovarem as duas PECs por violarem valores constitucionais consagrados. ●



Nota da Amagis condenando a PEC dos Cartórios

Venha para a Strada Jeep!
Ganhe R\$2.000,00 na compra de seu
Jeep Renegade e mais R\$1.500,00
de bônus em acessórios.

*Consulte condições exclusivas para
ASSOCIADOS AMAGIS até 31.10.2015

JEEP RENEGADE A PARTIR DE
R\$ **68.900,00**



Grupo
Bonsucesso

DESCONTO DE 20% NOS SERVIÇOS DE OFICINA

Strada | Jeep

Av. do Contorno, 10.601 - Barro Preto - Próximo ao Hospital Socor
stradajeep.com.br | 31 3478-0300

Jeep
MAKE HISTORY

Faça revisões em seu veículo regularmente.
Jeep é marca registrada da FCA US LLC.



SANTA LUZIA E UBERLÂNDIA

Diretoria reforça união e integração

Izabela Machado



Com juízes de Santa Luzia, diretores inauguram sala da Amagis

A diretoria da Amagis reuniu-se, no dia 2 de setembro, com juízes no Fórum da Comarca de Santa Luzia, na Grande Belo Horizonte. No dia seguinte (3), os diretores da Associação foram à Comarca de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, para reunir-se com os juízes da região.

Durante os encontros, foram discutidos temas de interesse da classe como a democratização do Judiciário, a defesa das prerrogativas, o aperfeiçoamento da Justiça e melhores condições de trabalho. Em Santa Luzia, foi inaugurada ainda a sala da Associação no Fórum da comarca.

Na ocasião, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, a vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixôto; o vice-presidente de Saúde, desembargador Maurício Soares, e o diretor da Seccional de Belo Horizonte, desembargador Alberto Diniz, foram recebidos pela diretora do Foro e diretora de Comunicação da Associação, juíza Aldina Soares, e magistrados da Comarca.

Participaram também do encontro, os juízes Rogério Santos Araújo Abreu, Luzia Edna Márcia Lopes Caetano, Arlete Aparecida da Silva Coura, Maria Beatriz Fonseca da Costa Biassutti da Silva, Fabiana Gon-

çalves da Silva Ferreira de Melo, Ana Paula Lobo Pereira de Freitas e Sabrina Alves Freesz.

Em Uberlândia, a Amagis foi representada pelo presidente Herbert Carneiro e pelo vice-presidente Maurício Soares, que conversaram com os juízes Lourenço Migliorini, Walner Barbosa, Paulo Fernando de Resende, Claudiana de Freitas, Maria das Graças Rocha, Antônio Pêcego, Luis Eusébio Camuci, Paulo Caixeta, Edinamar Aparecida da Silva, Abenias de Oliveira, José Luiz Faleiros, Jose Roberto Poiane, Joemilson Donizete Lopes, Rander Funaro, Pedro Noletto, Édila Manosso, Armando Ventura e Alaor de Melo Júnior. ●



Magistrados de Uberlândia, Herbert Carneiro e Maurício Soares



“Faço questão de parabenizar a Amagis, que, em seus 60 anos de atuação, tem desempenhado papel fundamental de bem representar a magistratura estadual de Minas Gerais, velando pela independência do Poder Judiciário, atuando em prol da valorização dos integrantes da carreira e, sobretudo, com vistas à consolidação do Estado Democrático de Direito.”

– Antônio José de Barros Levenhagen, presidente do TST

Omar Freire / Imprensa-MG



“Não há nação justa sem Poder Judiciário independente. Ao longo de seis décadas, a Amagis vem contribuindo decisivamente para que o nosso Judiciário possa trabalhar da maneira mais forte e autônoma possível, tornando-se, portanto, merecedora de toda nossa admiração e respeito. Congratulações à Amagis e seus dirigentes pelos 60 anos de atividades!”

– Fernando Pimentel, Governador do Estado de Minas Gerais

AÇÃO SOCIAL

Feijoada Solidária arrecada novos recursos para o Nutris

A Amagis repassou ao Nutris, no dia 30 de setembro, toda a arrecadação obtida com a feijoada solidária promovida em prol da creche, que é mantida com o apoio da magistratura mineira. O evento aconteceu no sábado (26 de setembro), no Parque Esportivo da Amagis.

A renda vai ajudar a cobrir as despesas de fim de ano. Atualmente, o Nutris atende a cerca de 200 crianças e adolescentes. As crianças permanecem na creche em período integral e os adolescentes frequentam o núcleo no período da manhã ou da tarde, recebem reforço escolar de acordo com a grade curricular da Prefeitura de Belo Horizonte e realizam atividades culturais e de recreação.

O presidente Herbert Carneiro agradeceu a contribuição dos presentes e destacou a importância de cada magistrado para a manutenção do Núcleo, que dá oportunidade de uma formação melhor para crianças e adolescentes.

O presidente ainda homenageou as pensionistas Delenda de Faria Campos e Lucinda Álvares, pela dedicação ao Nutris. “Essas senhoras são referência para a nossa sociedade. São elas as fundadoras do Nutris. Elas que, auxiliando seus maridos magistrados, há mais de 30 anos, tiveram essa visão. Além de nos confortar pelo desenvolvimento do trabalho, ainda nos ajudam a fortalecer a imagem do Judiciário. O Nutris é o orgulho da magistratura mineira”, afirmou. ●

Izabela Machado



Delenda de Faria Campos, Lucinda Álvares, Marlene Fernandes e Herbert Carneiro

RESILIÊNCIA

Juíza doa toda a renda de seu livro a creche

Izabela Machado



Lançamento do livro na Amagis

Superação, luta pela sobrevivência, alegria e gratidão. Essa é a história da juíza aposentada Maria de Lourdes Laender contada em sua autobiografia – “Sobrenome Resiliência” –, lançada no dia 11 de agosto, cuja renda pela venda dos livros será revertida integralmente ao Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris).

A publicação pode ser adquirida na Amagis Saúde (Rua Albita, 194, 6º andar), em Belo Horizonte, por R\$ 50,00, com pagamento em dinheiro ou cheque. O Nutris é mantido com o apoio da magistratura mineira e atende aproximadamente a 200 crianças e adolescentes do Bairro Mariano de Abreu, na região Leste da capital mineira. ●

SÍRIA

Amagis adere à campanha em prol dos refugiados



Paróquia de BH lança campanha

A Amagis aderiu à Campanha “Juntos pela Síria”, da Arquidiocese de Belo Horizonte, em prol dos refugiados que vieram para Belo Horizonte.

Os interessados em contribuir podem doar alimentos, mantimentos e roupas que podem ser doados na Amagis, que fará a entrega na Paróquia Sagrado Coração de Jesus (região central).

As doações em dinheiro, em qualquer valor, podem ser feitas na conta da Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte, no Banco do Brasil, agência 3494-0, conta corrente 30.351-8, CNPJ: 17.505.249/0001-51.

A mesma campanha atende aos imigrantes haitianos que se fixaram em BH à procura de trabalho. ●

SUCESSÃO

Conselho Deliberativo instala Junta Eleitoral

O Conselho Deliberativo da Amagis aprovou, no dia 25 de setembro, a formação da Junta Eleitoral encarregada de conduzir as eleições da nova diretoria da Associação, para o triênio 2016/2018.

O desembargador Dídimo Inocêncio de Paula foi nomeado presidente da Junta, que será composta pelos magistrados Rogério Alves Coutinho, Saulo Versiani Penna, Sálvio Chaves, Ana Paula Nannetti Caixeta e José Raimundo Duarte. A portaria assinada pelo presidente do

Georgia Bacvaroff



Reunião do Conselho na sede da Amagis

Conselho Deliberativo da Associação, juiz José Aluisio Neves da Silva, está disponível no site amagis.com.br.

De acordo com o estatuto da Amagis,

a eleição ocorre na primeira quinzena do mês de dezembro, em dia a ser previamente fixado pelo presidente. Ela é realizada por voto direto e secreto.

O registro das chapas deve ser solicitado em petição dirigida ao presidente da Junta Eleitoral entre os dias 20 e 31 de outubro do ano da eleição. ●

APOIO DA AMAGIS

Juizes participam de congresso

Com o apoio da Amagis, oito magistrados mineiros participaram do XXI Congresso Brasileiro de Magistrados da AMB, que será realizado entre os dias 29 e 31 de outubro, no município de Rio Quente, em Goiás. O sorteio das vagas foi realizado com a participação do presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, no dia 31 de agosto.

A iniciativa da Amagis tem como objetivo fortalecer a integração entre a magistratura mineira e a nacional, possibilitando aos participantes do congresso debater os principais temas de interesse da classe em todo o País, além de conhecer me-

lhor o trabalho desenvolvido pela AMB e as Associações estaduais de magistrados.

Foram sorteados os seguintes magistrados: Karen Cristina Lavoura Lima, Expedito Euzébio da Silva, Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça, Oilson Nunes dos Santos Hoffmann Schmitt, Riza Nery, Marli Maria Braga Andrade, Carlos Roberto Loiola e Andréa Mol Bessa. Outros oito magistrados ficaram como suplentes. As inscrições ainda podem ser feitas pelo site amb.com.br/congresso2015 até o dia 18 de outubro, ou na abertura do congresso, no dia 29 de outubro. ●

PARCERIA

Encontro reforça diálogo com TJ



Fernando Brant e Herbert Carneiro

Mais do que uma visita de cortesia, o encontro entre o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Fernando Caldeira Brant, que presidia o Tribunal de Justiça interinamente, no dia 31 de agosto, tornou-se um encontro no qual foram discutidos temas de interesse da magistratura e reafirmada a

boa interlocução entre o TJ e a Associação.

A parceria entre a direção das instituições é reconhecida pelos magistrados mineiros como decisiva para a ampliação e consolidação de direitos da classe, como a instalação das conquistas da nova LODJ e o avanço da democratização do Judiciário mineiro. A reunião foi realizada na unidade Goiás do TJMG. ●

George Gianni



“Ao completar 60 anos, a Amagis é motivo de orgulho e admiração. Nestes tempos de incertezas e perplexidades inéditas na condução dos destinos nacionais, o Poder Judiciário tem sido depositário da esperança dos brasileiros. Estou convicto de que a Amagis continuará respondendo ao desafio da prevalência da Justiça em todos os níveis, contribuindo no debate pela modernização da legislação em nosso País e defendendo a independência de seus membros.”

– Senador Aécio Neves

Gerdan Wesley



“Durante seus 60 anos, a Amagis conferiu contribuição valorosa para a Justiça em Minas Gerais. Tendo à sua frente sempre reconhecidos magistrados, tornou-se forte ao reunir nomes que engrandecem nosso Estado e que, nas diversas comarcas e tribunais, na capital ou no interior, dão a todos os cidadãos, sem distinção de qualquer natureza, a garantia de seus direitos constitucionais e respeito à Lei. Levo, pois, meu abraço fraternal a todos que, com trabalho e esmero, ajudaram a construir essa destacada História.”

– Senador Antonio Anastasia

SEGURANÇA

Amagis forma primeira turma de brigadistas

Georgia Bacvaroff



Brigadistas posam com os diplomas

A Amagis realizou, no dia 21 de setembro, a formatura da primeira turma de brigadistas da Associação. Ao todo, 19 funcionários fizeram o curso do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e estão aptos para atuar em situação de prevenção e combate a princípios de incêndio, práticas de primeiros socorros, abandono da edificação e isolamento de área.

O desembargador Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, representou o presidente da Associação, desembargador Herbert Carneiro, e saudou os novos brigadistas pelo empenho em participar, voluntariamente, do curso e colaborar com a Associação e o bem-estar de todos. O paraninfo da turma foi o diretor tesoureiro, juiz José Martinho Nunes Coelho. ●

TURMA DA EJEF

Presidente do TJMG e da Amagis agraciados



Herbert Carneiro discursa no evento

Reunida para comemorar 15 anos de magistratura, a turma de 2000 da Ejef homenageou, no dia 29 de agosto, o presidente do TJMG, Pedro Bitencourt, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Representando a turma, a diretora de Comunicação da Amagis, juíza Aldina Soares, entregou a placa ao presidente da Associação, parabenizando-o pela gestão associativa e participativa. O presidente do Tribunal não pôde participar da

confraternização e foi representado pela juíza auxiliar da presidência do TJ Eveline Mendonça. A confraternização foi realizada no Parque Esportivo da Amagis.

“Fico muito honrado e feliz em receber os colegas aqui na Associação, que é casa do magistrado mineiro, e ver que os juízes reafirmam o compromisso com a investidura, com o bem comum e com a paz social que é o objetivo maior da atividade de cada um de nós”, disse Herbert Carneiro. ●

MINERAÇÃO

Associação participa de congresso nacional

Izabela Machado



Solenidade de abertura do evento

Atenta à importância dos efeitos da questão minerária, a Amagis participou, no dia 14 de setembro, da 16ª Exposição Internacional de Mineração e do 16º Congresso Brasileiro de Mineração, promovidos pelo Instituto Brasileiro de Mineração. A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Luzia Peixoto, acompanhada da diretora de Comunicação, juíza Rosimere Couto,

representou o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, na abertura do evento.

Em junho deste ano, a Associação promoveu o I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, com a participação de especialistas de todo o País e magistrados de todo o Estado, que debateram os reflexos econômicos, sociais e ambientais da questão minerária. ●

60 anos de compromisso

O Instituto Mineiro de Perícias parabeniza a Associação dos Magistrados Mineiros pela ação perene, nesses 60 anos, dedicada à valorização da Justiça e ao engrandecimento de toda a magistratura, tangida pela labuta dos Juízes, fixando-se como principal vetor para estabelecer uma ordem jurídica cada vez mais equilibrada, contribuindo decisivamente para a edificação de uma sociedade brasileira igualmente justa.

É tempo de parabenizar a atual presidência da AMAGIS e os antecessores que lhe deram a grandeza de que se reveste, mandatários à altura da honra e dignidade de seus representados.

Instituto Mineiro de Perícias

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro | Belo Horizonte
Minas Gerais | Brasil | Contatos: +55 31 3284-3423 / 9217 5156
www.periciasmg.com.br

18º ENCOR

Presidente defende humanização da pena

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou, no dia 25 de setembro, do 18º Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, realizado na Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), onde falou sobre a “Execução Penal no Brasil: Desafios e Soluções”.

Na palestra, Herbert Carneiro destacou a importância do uso racional das prisões preventivas, da desmistificação da ideia de combate à criminalidade pelo Direito Penal, e da necessidade de humanização da pena privativa de

liberdade, garantindo a assistência aos presos.

Ele apresentou ainda propostas como a liberação de recursos contingenciados do Fundo Penitenciário Nacional, apoio às Associações de Proteção aos Condenados e expansão e potencialização do Sistema Integrado de Informação Penitenciária.

Ainda entre os dias 25 e 28 de agosto, o presidente da Amagis participou do 21º Seminário Internacional de Ciências Criminais, realizado em São Paulo, pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. ●

Marcelo Albert / TJMG



Herbert Carneiro faz palestra



“Há 60 anos, uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e sancionada pelo governador Clóvis Salgado reconheceu a Amagis como instituição de utilidade pública. Desde então, muito trabalho foi realizado e o judiciário passou a ter maior representatividade. Parabenizo a Associação dos Magistrados Mineiros pela consolidação e fortalecimento da justiça em Minas Gerais.”

– **Deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa Minas Gerais**

CICLO JURÍDICO

Judicialização da saúde em debate na ALMG

Sara Torres



Solenidade de abertura do seminário

Os desembargadores Renato Dresch e Vanessa Verdolim, do TJMG, participaram do Ciclo de Debates Judicialização da Saúde promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o apoio da Associação Mineira de Municípios, nos dias 14 e 15 de setembro, no plenário da Assembleia.

Vanessa Verdolim, que preside o Fórum

Permanente de Direito à Saúde da Ejef, falou sobre “Judicialização e federalismo: princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da judicialização”. Renato Dresch, que integra o Comitê Organizador do Fórum Nacional para Saúde do CNJ, abordou a “Qualificação da judicialização e suporte técnico à decisão dos magistrados”. ●

EXECUÇÃO PENAL

Curso da Enfam e da Amagis será em novembro

O curso sobre o anteprojeto de Lei de Execução Penal e sua influência na atividade judicante, promovido pela Enfam em parceria com a Amagis, será realizado nos dias 5 e 6 de novembro, em Brasília. Serão abertas 40 vagas e as inscrições deverão ser feitas no site da Enfam.

O objetivo geral do curso é capacitar os participantes quanto à Execução Penal, observando a legislação vigente e o anteprojeto de Lei de Execuções Penais. Ao final do curso, pretende-se elaborar um conjunto de deliberações para serem encaminhados ao Senado Federal.

BIBLIOGRAFIA

O livro “Propostas à Nova Lei de Execução Penal”, produzido pela Comissão da Amagis para estudos da LEP foi incluído na ementa do curso de Atualização em Execução Penal, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), realizado do dia 27 de agosto a 27 setembro.

Os juízes Thiago Colnago Cabral, da Vara de Execuções Criminais de Governador Valadares, e Lourenço Migliorini, da Vara de Execuções Criminais de Uberlândia, participaram como tutores de turmas do curso. ●

Adão de Souza



“Ao longo dos seus 60 anos de atuação, a Amagis tem como principal legado a sua permanente luta em prol do fortalecimento da justiça e das instituições democráticas. As diversas atividades desenvolvidas pela Amagis no campo jurídico e social têm permitido aos magistrados mineiros o aprimoramento de sua missão em prol de uma sociedade mais justa e igualitária em seus direitos.”

– **Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte**

DATA HISTÓRICA

Amagis completa 60 anos sem perder a vocação original

No dia 21 deste mês, a magistratura mineira irá se encontrar em Belo Horizonte para comemorar uma data histórica: os 60 anos da Amagis. O resgate dessa trajetória pelos direitos e valorização da classe teve início no dia 23 de abril deste ano, em Juiz de Fora, quando a diretoria da Associação e magistrados da região se reuniram para celebrar a conquista com um debate sobre o novo Código Processo Civil.

Mais do que uma homenagem, a realização do ciclo de estudos jurídicos em Juiz de Fora expressou o reconhecimento da diretoria da Amagis à magistratura da região, um dos berços do associativismo. Foi em 1º de setembro de 1972, com a incorporação da Associação Regional de Magistrados (Armam), criada em Juiz de Fora, no dia 3 de outubro de 1970, e da Associação Estadual dos Magistrados (Assemag), criada no dia 28 de dezembro de 1970, à Amagis que o associativismo mineiro se fortaleceu, inscrevendo no seu código genético a união da classe.

Em entrevista à equipe do Memorial da Amagis, o juiz Antônio Carlos Ferreira Botti contou que, após uma viagem a São Paulo, realizada por magistrados de Juiz de Fora, no segundo semestre de 1968, os juízes Maurício Delgado, José Guído de Andrade e João Grinalson da Fonseca lideraram um movimento de aproximação dos juízes da região, que culminou na criação da Armam. Segundo ele, a iniciativa repercutiu de tal forma, que, em Belo Horizonte, foi criada a Assemag.

“Aconteceu, então, o que não era o nosso desejo imediato – quando eu digo nosso é porque eu estava integrado à Armam –, mas acabou sendo a melhor solução”. O fato ao qual se referiu Botti foi a decisão do presidente do TJMG, desembargador Helvécio Rosenberg,

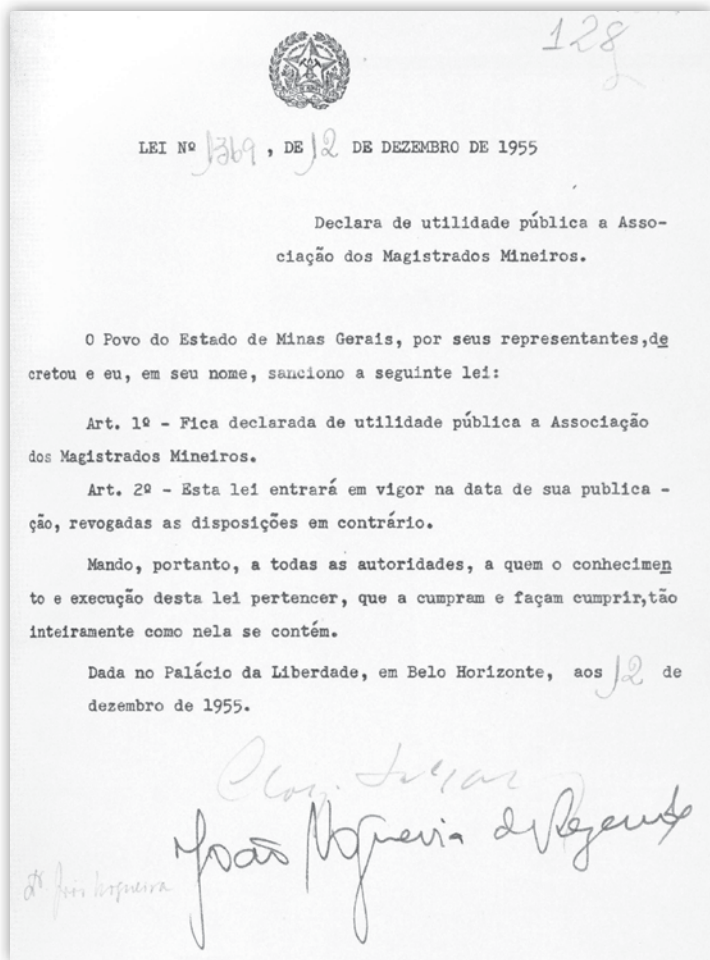
de dar vida à Amagis, que, até então não tinha saído do papel, ao perceber que as duas associações regionais representavam uma parcela importante da classe. “Essa foi a grande vantagem da criação e do funcionamento dessas duas associações regionais”, avaliou Botti.

Bandeira histórica do associativismo mineiro, a luta pela valorização da magistratura sempre esteve presente na vida dos juízes antes mesmo da unificação das Associações. “Gente, vamos fazer uma reunião, porque isso não pode continuar, não é possível essa situação”. Foi assim que o juiz João Grinalson da Fonseca se dirigiu aos colegas de Juiz de Fora após ter ido ao Banco do Brasil, onde foi fazer um cadastro.

Na agência, quando mencionou seu salário, o funcionário do banco mostrou-se surpreso: “Ah, doutor, o senhor está brincando comigo”, disse o bancário, que, logo após ver o contracheque de João Grinalson, completou: “Doutor, eu estou há pouco mais de três anos no Banco do Brasil e estou ganhando mais do que o senhor que é juiz de Direito”. Para João Grinalson, naquela época, a situação do juiz era de penúria.

O juiz Antônio Carlos Ferreira Botti relatou que, por muitas vezes, os magistrados ficavam endividados, sem dinheiro para pagar o armazém e até mesmo o aluguel. Ele contou que, quando foi transferido da Comarca de Barão de Cocais para a Comarca de Lima Duarte, chegou a ficar seis meses sem receber, pois a coletoria estadual não tinha dinheiro para pagar a todos os funcionários do Estado.

Segundo Botti, o desembargador Helvécio Rosenberg conseguiu negociar com o governador Rondon Pacheco para que a Caixa Econômica Federal, em convênio com o TJMG, passasse a fazer o pagamento para os juízes. Para Botti, a independência



Declaração de utilidade pública da Amagis

do juiz na comarca foi a grande primeira conquista da Amagis. Nesse momento, de acordo com o magistrado, a Associação, mesmo funcionando em uma discreta sala do fórum, consolidou-se como canal de diálogo e defesa dos magistrados.

PRIMEIROS PASSOS

Já nos primeiros anos de criação da Amagis, a importância da participação da classe na vida associativa para a consolidação da entidade pode ser observada. De acordo com o desembargador Caetano Carelos, mesmo enfrentando problemas financeiros, os juízes davam pequenas contribuições que foram importantes para o crescimento da Amagis, que aplicava o dinheiro em bancos.

Na avaliação do magistrado, a construção da sede na rua Albita, no bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte, foi muito importante para o progresso da Associação. Idealizado pelo desembargador Lincoln Rocha, que presidiu a Amagis de 1982 a 1985, o prédio foi inaugurado no dia 23 de maio de 1984. Para Caetano Carelos, o setor de saúde se desenvolveu muito depois que o prédio começou a funcionar.

De acordo com o magistrado, o auxílio à saúde foi mais um elemento importante para a mobilização da classe, pois foi um benefício dado aos juízes pela Associação. “Começou-se a auxiliar os juízes em casos de doenças. Para os juízes do interior, era muito difícil. Os juízes só podiam

contar com o Ipsemg (Instituto de Previdência Social de Minas Gerais), mas não havia no interior, só na capital”, contou Caetano Carelos.

A criação do plano de saúde da magistratura foi a condição para que o desembargador Erotides Diniz aceitasse concorrer à presidência da Associação, conforme revelou, a pensionista Rita Moreira Diniz. “Ele aceita a presidência da Amagis se for criado o plano de saúde”, disse a pensionista a três desembargadores que foram ao apartamento do casal convencer Erotides Diniz a se candidatar à presidência.

Instituído no dia 22 de abril de 1976, inicialmente, o Amagis Saúde foi concebido como Departamento Médico-Hospitalar-Odontológico. Em 39 anos de existência, o plano passou por várias mudanças. Uma delas, como conta o desembargador aposentado Márcio Aristeu Monteiro de Barros, que presidiu a Associação de 1986 a 1987, foi a substituição do pagamento das consultas pelo custeio das internações clínicas.

O magistrado, que é membro do Conselho Gestor do Amagis Saúde, diz que, na época, enfrentou a resistência de muitos colegas, que, depois, foram beneficiados com a medida. Para ele, o plano, hoje, é seguro e possui um sólido patrimônio para garantir a cobertura aos seus usuários.

Assim como a sede, construída com o empenho da magistratura, o Amagis Saúde pode ser considerado patrimônio da classe, cujo capital é a união em torno do objetivo comum de garantir melhor qualidade de vida aos associados e familiares.

JUIZ PRESIDENTE

A luta por melhores salários, condições de trabalho e autonomia do Judiciário, instalada com a Constituinte de 1988, abriu caminho para o primeiro juiz assumir a presidência da Amagis. Indicado pelo então presidente da Associação, desembargador Lincoln Rocha, para representar a magistratura mineira nos debates nacionais sobre a Assembleia Constituinte, juntamente com o desembargador Márcio Sol-

FICHA DE INSCRIÇÃO

Insc. n. 14

Nome do juiz: REYNALDO XIMENES

Data de nascimento: 27-05-1914

Local de nascimento: Belo Horizonte

Residência: Av. Afonso Pena, 1656 - Apto 501

Estado Civil: casado

Data de ingresso na Magistratura e comarca onde exerceu: 17/05/1949

Conselho do Mato Dentro e Belo Horizonte

Filiação: Vitorino Jardim e Maria José Jardim

Nome de dependentes	Parentesco	Data de nascimento
Maria Cristina Perilli Jardim	esposa	20-02-1916
Leane Cristina Jardim	filha	11-08-1951
Cristina Pascoalina Jardim	filha	01-08-1952
Valderez Petúnia Jardim	filha	13-07-1956

Data e assinatura: Belo Horizonte, 17 de março de 1973.

24-10-98

Ficha de inscrição dos primeiros associados da Amagis

lero e o ministro Sálvio de Figueiredo, o hoje desembargador Reynaldo Ximenes foi indicado para disputar a eleição da Amagis de 1989, como presidente.

Após tornar-se o primeiro juiz a presidir a Amagis, em uma eleição bastante disputada, Reynaldo Ximenes e sua diretoria atuaram para conquistar a equiparação dos vencimentos da magistratura com a dos deputados estaduais. Apesar dessa importante conquista, o magistrado destaca em sua gestão o trabalho realizado para unificar a magistratura em torno da Associação.

Na avaliação de Ximenes, a Amagis está forte, consolidada, e tem sido, ao longo dos anos, dirigida por presidentes dinâmicos. Para ele, hoje a Associação tem sido muito bem conduzida pelo desembargador Herbert Carneiro, que atua de forma independente, cuja administração demonstra que

não pode mais haver distinção entre juiz e desembargador. “Atualmente, a magistratura está voltada para o trabalho de integração para que não haja mais retrocesso”, observou.

“Sejam seis ou 60 anos de atuação associativa, a Amagis celebrará sempre seus avanços e conquistas, mas nunca, em hipótese alguma, descuidará de sua principal e original missão, que é a inarredável defesa do magistrado, de sua independência, dignidade e valorização”, reafirmou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, ao convocar todos os magistrados para o grande evento do dia 9, quando as seis décadas de existência e de trajetória vitoriosa (completadas oficialmente no dia 21 deste mês), serão celebradas. “Contamos, com a presença e integração de todos os magistrados, do interior e da capital, que ajudaram a construir o que somos hoje”. ●



“Comemorar os 60 anos da Amagis é celebrar a união da magistratura mineira, com foco nas conquistas da classe, fruto do esforço e do trabalho de inúmeros colegas.”

– Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, presidente do TJMG



“Os 60 anos da Amagis são motivo de orgulho para todos nós. Um trabalho repleto de lutas e conquistas em favor da magistratura e do fortalecimento do Poder Judiciário. Parabênz o presidente Herbert Carneiro pela parceria constante com a AMB e pelo seu pleito em defesa das prerrogativas da categoria.”

– Juiz João Ricardo Costa, presidente da AMB



Helvécio Rosenberg



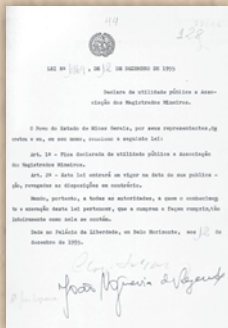
Erotides Diniz

MISSÃO ORIGINAL

Trajetória associativa marcada por avanços e conquistas

1955

21 de outubro – Registro da Associação dos Magistrados Mineiros, no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas – folha 240 do livro A-1, número de ordem 757 -, 21 de outubro de 1955, em Belo Horizonte



1977

18 de abril – Estabelecida a Comissão de Construção da Sede



1988

20 de maio – Juízes solicitam à presidência da Amagis convocação de assembleia geral com vistas à greve

21 de maio – Inaugurado o Centro Odontológico da Amagis

2 de setembro – Assembleia geral diante da postura do governo estadual de incluir os magistrados no aumento geral oferecido ao funcionalismo público

5 de setembro – Magistratura mineira paralisa suas atividades por 48 horas

26 de outubro – Projeto de aumento de vencimentos da magistratura aprovado pela Assembleia Legislativa e encaminhado para a sanção do governador

14 de novembro – Governador sanciona a lei nº 9.689/88, que veta o parágrafo do texto aprovado pela Assembleia que concede aumento trimestral aos magistrados

5 de dezembro – Após intensa pressão da Amagis, o governador recua e sanciona a lei nº 9.727/88, acatando a trimestralidade dos reajustes, de acordo com o índice inflacionário do período

1972

1º de dezembro – Com a extinção da Assemag e da Armam, seus membros se unem à Amagis

10 de dezembro – Sancionada a lei que autoriza doação de terreno à Amagis, em BH, documentada em escritura lavrada no dia 23 de janeiro de 1980

1973

12 de maio – Estabelecimento da Seccional Zona da Mata, a primeira do interior

1983

23 de janeiro – Inauguração da colônia de férias de Nova Viçosa (BA)

1975

15 de março – Primeira eleição na Amagis

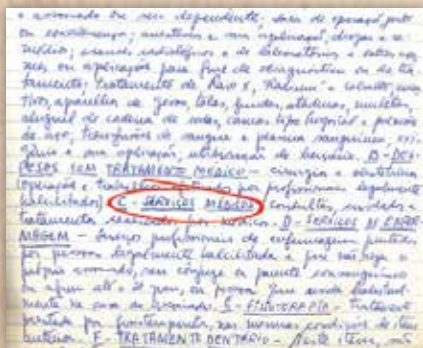
1984

3 de abril – Amagis associa-se à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

30 de junho – Inauguração do Parque Esportivo

1976

22 de abril – Criação do Departamento Médico, Hospitalar e Odontológico (DAMHO)



1985

25 de fevereiro – Amagis inicia campanha nacional pela autonomia do Poder Judiciário (AMAGIS Notícias, nº17, abril de 1985, pág.4)

1987

9 de novembro – Assembleia Geral Extraordinária para tratar dos vencimentos da magistratura contou com quase trezentos magistrados

18 de novembro – Em convocação extraordinária, reuniram-se duzentos e trinta e sete magistrados para “auscultar e meditar” sobre o que havia sido deliberado na reunião anterior

1991

11 de setembro – Por meio de pedido da Amagis, a AMB ingressa junto ao STF com uma ação direta de inconstitucionalidade de dois dispositivos da Constituição do Estado: o que prevê a exoneração do juiz não vitalício, mesmo que o ato seja publicado após o biênio do estágio, e o que permite a movimentação do juiz de uma a outra vara da mesma comarca, independentemente de pedido seu

10 de maio – Presidência da Amagis solicita à Prefeitura de Belo Horizonte doação de terreno para construção de sua sede

14 a 16 de novembro – Realizado em Belo Horizonte o XII Congresso Brasileiro de Magistrados

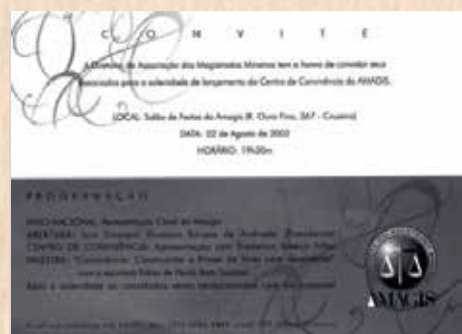


2002

17 de maio – Estreia, na TV Assembleia, o programa Via Legal, atual Via Justiça, também exibido na TV Justiça.

17 de maio – AMB e Amagis promovem o Dia Nacional de Mobilização pela Democratização Plena do Judiciário

2 de agosto – Iniciam-se as atividades do Centro de Convivência – Integramagis



Dezembro – Lançado o programa Pensamento Jurídico, na TV Justiça

Dezembro – Esforço conjunto entre TJ e Amagis mantém pagamento de aposentadoria dos juízes e desembargadores pelo TJMG

2003

3 de outubro – Inauguração do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (Camt)



2007

18 de maio – Inicia-se na Seccional Divinópolis, o projeto de Gestão Itinerante

1 de setembro – Instituída a primeira honraria conferida pela Amagis, a “Comenda Desembargador Guido de Andrade”



18 de julho – Em parceria com a Apamagis e outras entidades de classe ligadas à atividade jurídica, a Amagis institui a JUSPREV, fundo próprio de previdência

2009

20 de março – Lançada a revista MagisCultura Mineira

14 de outubro – Inauguração do Memorial Amagis

2010

Maio – Amagis institui o Ano Temático com a realização de diversos debates, entre eles com os candidatos a presidente da AMB, Nelson Calandra e Gervásio Horta

6 de outubro – Concluída a reforma de todo o primeiro andar da sede da Amagis

2011

18 de agosto – Lançado o programa “Amor à Vida”, de promoção à saúde e à qualidade de vida

30 de julho – Amagis presta pela primeira vez homenagem aos aposentados

2013

15 de abril – A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premia a Amagis Saúde pela excelência dos serviços prestados

6 de junho – A Assembleia Legislativa, em parceria com a Amagis, lança e instala a Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça

11 de junho – Assembleia Legislativa aprova o Fundo do Judiciário, no valor de R\$ 130 milhões, que destina as custas judiciais para o orçamento do TJMG

9 de agosto – Magistrados realizam assembleia histórica, com a presença de 402 associados, e apresentam reivindicações ao TJ



11 de setembro – Amagis transmite pela primeira vez, ao vivo pela intranet, sessão do Órgão Especial do TJMG

2014

14 de fevereiro – Realizada assembleia geral extraordinária da Amagis Saúde, que, na presença de cerca de 500 magistrados, aprovou o plano de saúde Estados (RJ e SP, além de Minas)



23 de julho – Amagis conquista assento com direito a voz, mas sem direito a voto, nas sessões administrativas do Órgão Especial do TJMG

31 de março – Amagis promove seminário para debater “O Papel do Judiciário no combate à violência contra as mulheres”

17 de março – Aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais a ampliação da elegibilidade a todos os desembargadores a cargos diretivos do TJ

2015

8 de janeiro – A Amagis é presidida, pela primeira vez, por uma magistrada, a Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto, por ocasião das férias do presidente entre 08 e 17/01 e 05/09 e 17/09 de 2015 e, em homenagem ao dia da mulher, no dia 8 de março

28 de janeiro – Aprovação pelo CNJ da automaticidade do reajuste dos subsídios, com trabalho intenso da Associação

24 a 26 de junho – Como parte dos 60 anos, Amagis promove o I Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral



SÃO JOÃO DEL REI

Juízes celebram 60 anos da Amagis com estudo e inovação

Com 314 anos de história, São João del Rei (Campo das Vertentes) foi o cenário de outra comemoração dos 60 anos da Amagis no interior de Minas Gerais, realizada no dia 17 de setembro, no Fórum Carvalho de Mourão, onde os magistrados da região se reuniram para homenagear a Associação, unindo o conhecimento e a inovação.

Durante o evento, foi promovido o encontro jurídico sobre o novo Código de Processo Civil, com palestras dos desembargadores Ernane Fidélis e José Marcos Rodrigues Vieira, e lançado o site da Comarca, com o seguinte endereço eletrônico: comarcadesaojoãodelrei.com.br. Os juízes homenagearam ainda os palestrantes e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Em seu discurso, o presidente da Amagis destacou o sentimento de comunhão, a sintonia e convivência harmônica entre os operadores do Direito da Comarca. “Este gesto nobre dos magistrados à Associação, nos seus 60 anos, demonstra todo esse simbolismo e encarna esse propósito, tendo como signatários juízes dos quais temos orgulho, porque engrandecem o Poder Judiciário mineiro”, disse.

Herbert Carneiro falou ainda sobre a crise política e institucional pela qual passa o País, reafirmando a importância que Associações, como a Amagis, têm para fazer prevalecer a

cidadania e o Estado de Direito. “O Poder Judiciário será o divisor de águas do Brasil neste momento”, concluiu. O presidente da Associação saudou também os juízes da Comarca pelo pioneirismo na criação do site e agradeceu pela homenagem recebida.

O diretor da Seccional da Amagis em São João del Rei, juiz Hélio Martins Costa, ressaltou a atuação do desembargador Herbert Carneiro à frente da Amagis, que, para o juiz, têm sido firme, integrada e em sintonia com o TJMG e os outros poderes da República, tornando a atual gestão histórica e exitosa.

“Ao longo dos seus 60 anos, a Amagis tem atuado de forma predominante na defesa das prerrogativas, fortalecendo o Poder Judiciário e buscando atender adequadamente às demandas sociais. As inúmeras conquistas sempre se refletiram no aperfeiçoamento do Judiciário, melhorando a prestação jurisdicional. Esse é um fato que todos os cidadãos devem reconhecer”, afirmou Hélio Martins.

O diretor do Foro de São João del Rei, juiz Auro Aparecido Maia, disse que toda a Comarca sentia-se gratificada e honrada por comemorar os 60 anos da Amagis. “Na terra onde nasceram a liberdade e o maior herói desse País, Joaquim José da Silva Xavier, a Amagis fortalece, na sua atividade associativa e na sua missão de fortalecer, cada vez mais

Georgia Bacvaroff

**Magistrados são-joanenses homenageiam a Associação e Herbert Carneiro**

Georgia Bacvaroff

**Duas palestras foram proferidas sobre o novo CPC**

os juízes, consequentemente a democracia e os valores que ela traz, sobretudo a liberdade”, concluiu.

Natural de São João del Rei, o desembargador Rogério Medeiros falou, antes de começarem as palestras, da satisfação de estar em sua cidade natal, que respira religiosidade, mineiridade, beleza arquitetônica e tradição cultural. O magistrado felicitou a Associação

por suas seis décadas, reafirmando o compromisso com a magistratura mineira.

Acompanharam o presidente da Amagis na solenidade, o desembargador Alberto Diniz, diretor da Seccional em Belo Horizonte, e o vice-presidente de Saúde da Amagis, desembargador Maurício Torres.

Participaram do evento, os juízes Armando Barreto, Maria

Augusta Balbinot, Erna Barboza Neves, Pedro Parcekian e João Batista Lopes, da Comarca de São João del Rei; o juiz Tarcísio Moreira de Souza, da Comarca de Lavras; o juiz Bruno Miranda, da Comarca de Bonsucesso; os promotores de Justiça são-joanenses, Adriana Vital, Adalberto de Paula e Felipe Guimarães; e o presidente da 37ª Subseção da OAB-MG, Vitor Alessandro Agostinho. ●

SERRA DO MAR

Parque em Ubatuba é opção de turismo ecológico e cultural

Mais do que belas praias, os associados da Amagis que frequentam a Colônia de Férias de Ubatuba, no litoral paulista, podem aproveitar sua estadia na cidade para conhecer o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar.

Criado em 30 de agosto de 1977, o parque tem uma área de 332 mil hectares, abrangendo 23 municípios – Ubatuba a Pedro Toledo – e formando uma importante área de proteção da Mata Atlântica, administrada por nove núcleos.

O Núcleo Picinguaba, há 43 quilômetros de Ubatuba, possui uma área total de 47.500 hectares e um dos trechos do parque que atinge no nível do mar, tornando o litoral mais próximo da serra. A região incorpora ecossistemas como mangue, restinga, floresta ombrófila, e protege praias como Cambury, Brava do Cambury, Praia da Fazenda e Brava da Almada.

Além da natureza exuberante, o núcleo, caracterizado pela presença de comunidades caiçaras e quilombolas, desenvolve um importante papel para a preservação do patri-



Cachoeiras são um dos atrativos do Parque Estadual

mônio histórico e cultural da região, ligada diretamente à história do País.

Entre os passeios oferecidos estão a observação de aves, caminhadas na restinga e no manguezal, trilha fluvial que pode ser feita tanto de dia quanto ao anoitecer, possibilitando a observação dos hábitos noturnos dos animais, quedas d’água e conhecer a Casa da Farinha.

O Núcleo Picinguaba está inserido na Serra da Bocai-

na (Norte de São Paulo e Sul Fluminense), uma área de preservação com 104 mil hectares, que forma um corredor ecológico de proteção da Mata Atlântica e compreende 80% do território do litoral norte de São Paulo. Para mais informações e agendar uma visita o interessado pode mandar um e-mail para pesm.picinguaba@fflorestal.sp.gov.br ou ligar para (12) 3832-1397, (12) 3833-6552 ou (12) 3832-9011. ●



“Os esforços na defesa dos direitos humanos e das garantias fundamentais, representados no trabalho pela independência do Judiciário em Minas, fazem da Amagis uma instituição fundamental no processo de construção e consolidação da nossa democracia. Pelo protagonismo que seus membros tiveram na luta dos mineiros pelas liberdades, a Amagis merece os parabéns e os votos de muitas outras décadas de trabalho em prol de um Poder Judiciário forte, autônomo e ciente de seu papel na defesa da democracia.”

– Wellington Magalhães,
presidente da Câmara
Municipal de Belo Horizonte



“A Amagis completa 60 anos com o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado em favor da organização e correto funcionamento desse importante componente da estrutura jurídica e institucional de nosso Estado de Minas Gerais. Todas as dificuldades foram superadas, nesse período, e hoje temos uma entidade eficiente, competente e confiável. Transmito a todos que a integram o meu agradecimento e felicitações, juntamente com o povo mineiro.”

– Senador Zezé Perrella

CONHEÇA ALGUNS ATRATIVOS DO PARQUE

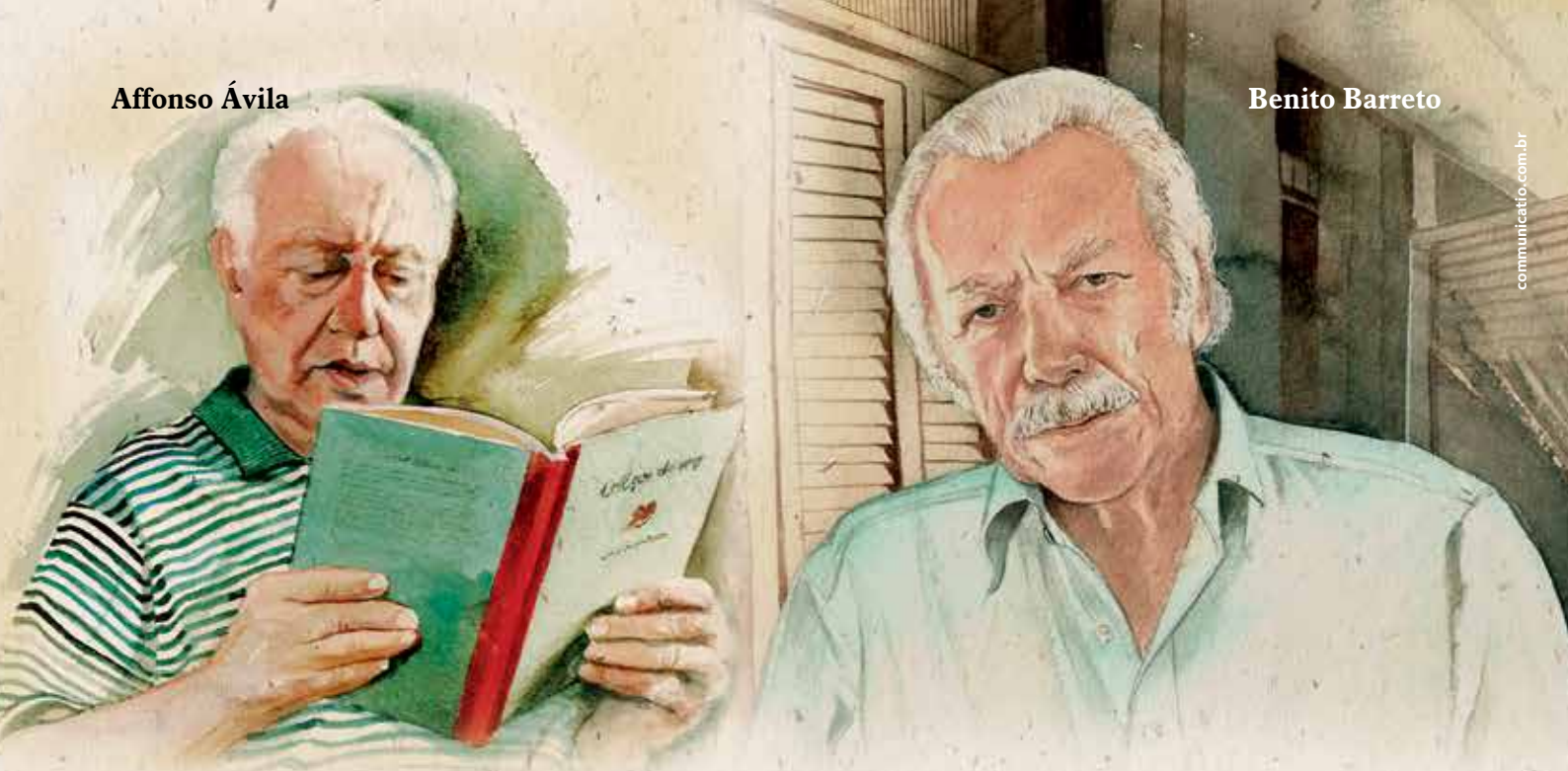


- | | | |
|--|---------------------------------|--|
| ✓ Centro Cambucá de Observação de Aves | ✓ Trilha da Rasa | ✓ Toca da Josefa |
| ✓ Corisco | ✓ Trilha Brava da Almada | ✓ Trilha do Cuscuzeiro |
| ✓ Trilha do Picadão da Barra | ✓ Trilha dos Poços | ✓ Trilha do Corcovado |
| ✓ Trilha Fluvial | ✓ Trilha Praia Brava do Cambury | ✓ Comunidade Tradicional Quilombola da Fazenda |
| ✓ Trilha do Jatobá | ✓ Trilha Cambury – Trindade | ✓ Comunidade Tradicional do Cambury |

COMO CHEGAR? Partindo de Ubatuba, siga pela BR 101, por 44k, até chegar em Picinguaba.

Affonso Ávila

Benito Barreto



comunicatio.com.br

Estes autores já publicaram na

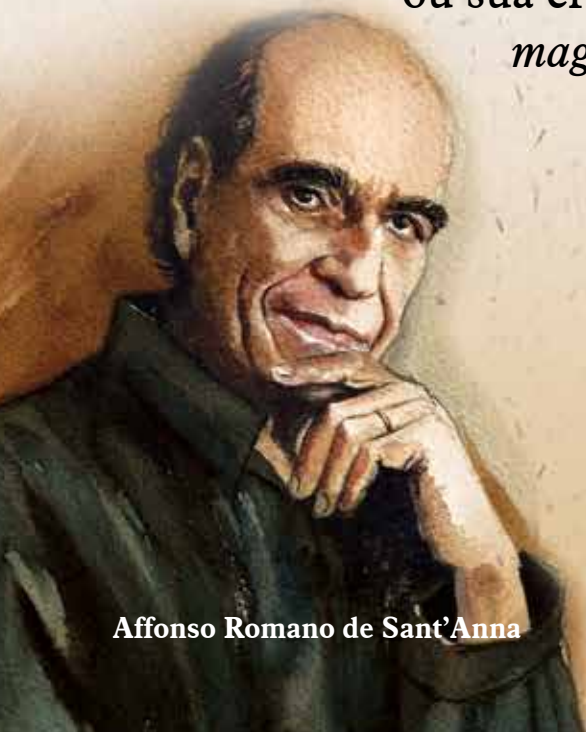
MagisCultura
Mineira

**Junto com eles, muitos juízes e
desembargadores mineiros.**

Agora falta você também publicar!

Mande seu conto, seu poema, seu artigo
ou sua crônica para a próxima edição.

magiscultura@amagis.com.br



Affonso Romano de Sant'Anna



Adélia Prado

APOIO DA AMAGIS

Projeto distribui 20 mil livros de graça

Tiago Parrela



Gutemberg da Mota, Afrânio Vilela, Renato Jardim, Bruno Terra e Llewellyn Medina

Escritores e magistrados autores de obras literárias reencontram-se com o grande público em mais uma edição do 'Livro de Graça na Praça', promovido pela Associação Laboriosa dos Escritores e Produtores do Livro de Graça na Praça, com a participação da Amagis, que apoiou o evento pelo segundo ano consecutivo.

Foram distribuídos cerca de 20 mil livros a aproximadamente 16 mil pessoas que compareceram à Praça Duque de Caxias, no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, em busca de uma boa leitura e da oportunidade de conversar com os escritores que autografaram os livros.

Na avaliação do desembargador Afrânio Vilela, o projeto é muito importante pela oportunidade de divulgação dos trabalhos de quem escreve e pelo aspecto cultural de levar literatura ao povo mineiro. Para o juiz Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, foi uma satisfação constatar que a juventude está buscando um caminho pela

inteligência, compreensão, amadurecimento e da crítica, permitindo sonhar por um Brasil melhor.

MAGISCULTURA

Assim como no ano passado, a Amagis aproveitou o evento para divulgar a produção literária da magistratura mineira, distribuindo quatro mil exemplares da Revista MagisCultura, cuja 14ª edição, que tem como convidado especial o escritor ituiutabano Luiz Vilela, será lançada no dia 21 de novembro, como parte das comemorações dos 60 anos da Associação.

Segundo o juiz Renato César Jardim, os magistrados, para além de seu trabalho de pacificação social dos conflitos, estão também envolvidos com a sociedade levando arte, cultura, conhecimento e interação com o cidadão. O desembargador Llewellyn Medina destacou que essa experiência de levar cultura para a praça é uma demonstração de democratização da leitura no Brasil.

De acordo com o coordenador do 'Livro de Graça na Praça', José Mauro da Costa, o Brasil tem muita gente boa produzindo literatura e cultura e que acredita na transformação do País e das pessoas pela educação. E, para ele, essa é uma das contribuições do evento. Em 12 anos do projeto, foram distribuídos 300 mil livros para 900 mil leitores.

O 'Livro de Graça na Praça' é uma iniciativa realizada com lançamento de concurso para seleção dos escritores, edição e publicação de obra original para cada cidade contemplada e distribuição gratuita dos livros. A cada segundo domingo de setembro, uma praça de Belo Horizonte recebe o evento.

O projeto é realizado pela Associação Laboriosa dos Escritores e Produtores do Livro de Graça na Praça (Alegra), com apoio cultural e institucional da Amagis, AMMP, Academia de Letras do Ministério Público, Sesc, Sicoob Jus-MP, Academia Mineira de Letras, Borrachalio-teca, IdeiaFixa e Max Savassi Apart Hotel. ●



"Parabenizo a nossa Amagis pelos seus 60 Anos. A Associação tem uma importante trajetória de sucesso, em prol da valorização, da união e do amparo aos magistrados e ainda nos dando suporte no tocante à saúde, ao lazer e à cultura. Que continue a sua caminhada, sempre ao lado dos magistrados mineiros."

– Desembargador Paulo César Dias, presidente do TRE-MG



"Nosso júbilo pelos 60 anos da coirmã Amagis, entidade com trajetória marcada pela intransigente defesa da independência da magistratura. O Poder Judiciário tem se revelado o verdadeiro esteio do Estado Democrático de Direito no Brasil, atendendo às crescentes expectativas da população. E o exercício da atividade judicante só pode ser feito, com tranquilidade, suposto de que as prerrogativas dos juízes estão sendo preservadas por uma entidade forte, como a Amagis."

– Juiz Bruno Alves Rodrigues, presidente da Amatra 3

INTERESSE PÚBLICO

Destaques do Via Justiça e Pensamento Jurídico na TV

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

DESCRIMINALIZAÇÃO DE DROGAS

O Via Justiça discute a descriminalização de drogas para uso pessoal, que está em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal e teve o voto favorável do ministro relator do processo no STF, Gilmar Mendes. Participam do programa a juíza Andrea Miranda, da 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, e Jorge Tobias de Souza, coordenador da Coordenadoria de Combate e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes do Ministério Público - MG. (Foto)

MEIO AMBIENTE E A CRISE HÍDRICA

O Via Justiça destaca o meio ambiente e a crise hídrica no Brasil e no mundo. Qual é a gravidade da situação da falta de água no Brasil e no mundo? Quais são os papéis do Poder Judiciário e do Ministério Público no combate à crise da água? Os nossos convidados, desembargador Afrânio Vilela, da 1ª Câmara Cível do TJMG, e o promotor de Justiça Mauro Ellovitch, discutem as ações dos operadores do Direito contra essa crise.

PRESOS PROVISÓRIOS

O índice de presos ainda não julgados é de 41% da população carcerária brasileira. O Conselho Nacional de Justiça divulgou uma estatística, no final de agosto, indicando que quase a metade dos presos provisórios em Minas Gerais poderia estar respondendo aos processos em liberdade. Para falar sobre o assunto, convidamos ao Via Justiça o desembargador Doorgal Andrada, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, e Bruno César Gonçalves, presidente do Conselho Penitenciário - MG.

REFORMA PRISIONAL

O parecer final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário foi aprovado por unanimidade no dia 5 de agosto. O relatório com a sugestão de 20 propostas legislativas, a serem apreciadas pela Câmara e pelo Senado, visa a melhoria do sistema. Para falar sobre o tema, convidamos ao Via Justiça o desembargador Joubert Carneiro Jaques, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e Anderson Marques, presidente da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG. (Reprise) ●

PENSAMENTO JURÍDICO

**JUSTIÇA ELEITORAL**

A Justiça Eleitoral completa 70 anos de reinstalação no Brasil e em Minas Gerais. Para falar sobre o assunto, convidamos o presidente do Tribunal Regional Eleitoral-MG, desembargador Paulo César Dias. Estarão em pauta, nesse programa, as principais conquistas desses 70 anos e os desafios das eleições municipais de 2016. Discutiremos ainda, quais os impactos prováveis da aprovação da proposta de Reforma Política que tramita no Congresso Nacional. (Foto)

INOVAÇÕES DO NOVO CPC

Depois de 42 anos, foi aprovado e sancionado o novo Código de Processo Civil, que traz diversas inovações que irão agilizar os julgamentos e darão maior segurança jurídica às decisões. Elaborado por uma comissão de juristas, o novo CPC é uma lei que define como tramita um processo comum na Justiça, com prazos, tipos de recursos e competências. Quem fala sobre o assunto é o juiz Agnaldo Rodrigues Pereira, da 2ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais.

60 ANOS DA AMAGIS

Em comemoração aos 60 anos da Amagis, o Pensamento Jurídico apresenta um programa especial. Convidamos o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, para contar sobre essa trajetória histórica e vitoriosa em defesa da magistratura. Aproveitando a oportunidade, o presidente faz também um balanço de sua gestão, que se encerra no final deste ano, destacando as conquistas para a classe. Não perca!

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

A fórmula que calcula o tempo mínimo para se aposentar mudou. Para conseguir 100% do benefício é preciso atingir uma pontuação mínima, que é resultado da soma entre idade e contribuição, mais um valor que depende do ano da aposentadoria. Participa do programa o juiz Jorge Franklin, especialista em Direito Previdenciário. O que deve ser feito para conseguir a aposentadoria integral? Assista! ●

ASSISTATV Assembleia
Sexta-Feira, às 23hTV Justiça
Sábado, às 15h30TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30**ASSISTA**TV Justiça
Sábado, às 18h30TV Comunitária
Sábado, às 22h

EFEITOS DA CORRUPÇÃO

Delinquência institucional

DESEMBARGADOR
TARCÍSIO MARTINS COSTA

Em seu voto, quando da rejeição pela 2ª Turma do STF do habeas corpus impetrado em favor de um dos mais atuantes lobistas, condenado por receber propina na contratação de navios para a Petrobrás, o ministro Celso de Mello ressaltou que, lamentavelmente, a corrupção já se encontra entranhada em algumas lendas ou órgãos do governo. Na oportunidade, o decano do Supremo disse, com todas as letras, que “Este processo de habeas corpus parece revelar um dado absolutamente impressionante e profundamente preocupante, é que a corrupção impregnou-se no tecido e na intimidade de alguns partidos e instituições estatais, transformando em conduta administrativa, degradando a própria dignidade da política, fazendo-a descer ao plano subalterno da delinquência institucional.”

Com efeito, nenhum brasileiro desconhece que a corrupção institucionalizada, tal como um processo de metástase, espalhou-se pelo organismo da nação, trazendo-nos vergonha, com marcas que ficarão perpetuadas na história do País ad perpetuum rei memoriam.

Petrobrás, Eletrobrás, Eletronuclear, BNDES, superfaturamento em portos, aeroportos e demais obras públicas, sonegação fiscal, contas camufladas nos paraísos fiscais, carga tributária exorbitante, inflação beirando dois dígitos, desemprego elevado, taxas de juros em níveis escorchantes. E mais, endividamento

crescente das famílias, PIB em queda livre (-2,4% previsto para 2015), desequilíbrio das contas públicas, queda da arrecadação até agosto de R\$ 150 bi, proposta de orçamento deficitário para 2016 com um rombo de R\$ 30,5 bilhões, nível de confiança dos empresários e consumidores nas mínimas históricas, indispensável para que o País volte a crescer. Enfim, tudo isso com a participação ativa das principais construtoras brasileiras, que tiveram papel central na formação de consórcios visando dilapidar o Tesouro Nacional, incapaz

de honrar suas dívidas. Na sequência quase lógica dessa sucessão de erros e escândalos, a agência de risco S&P retirou o investimento grade do Brasil, uma espécie de selo de bom pagador,

além de mais 24 empresas e 12 bancos, com todos os efeitos nefastos alistados na coluna anterior - A ilusão do ajuste nas contas públicas. Se outra agência de rating nos rebaixar, diversos fundos que giram trilhões de dólares pelo mundo, serão obrigados a retirar seus recursos do Brasil.

Descobre-se a cada dia uma nova trama e que o preço pago pela sociedade brasileira pelos desmandos na gestão do dinheiro público é cada vez mais pesado.

Os conluios fraudulentos não comportam mais discussões. Os acordos da Operação Lava Jato já recuperaram R\$ 1,8 bilhão, 10% do dinheiro desviado ou cinquenta vezes o que o País conseguiu de volta do exterior na última década. Somente a Camargo Corrêa, com três de seus prin-

cipais executivos já condenados, firmou acordo de leniência no montante de R\$ 704 milhões, mais R\$ 104 milhões de multa, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), uma espécie de delação premiada para garantir imunidade aos seus demais gestores que poderiam ser acusados, no futuro, da prática de cartel, corrupção e improbidade administrativa, entre outros crimes. Livrar-se-á, também, da penalidade de não poder mais ser contratada pelo poder público.

A última pilhagem de recursos públicos envolve a própria Receita Federal e a Casa da Moeda. Na operação batizada de Vícios, a Polícia Federal, em julho, levantou sérios indícios de que R\$ 100 milhões foram pagos de propina aos servidores dos dois órgãos para fraudar concorrência bilionária de um sistema de medição de bebidas frias, como refrigerantes e cervejas, para a implantação do chamado Sicobe. O contrato firmado com a empresa SICPA supera R\$ 1 bilhão por ano. Mas antes da medição das bebidas frias, tem coisa bem mais quente, a merecer exame na próxima coluna: a quase esquecida Operação Zelotes, que investigou alguns conselheiros e servidores do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), da Receita Federal, para apurar suspeitas de manipulação de julgamentos, envolvendo empresas do andar de cima.

Em suma, o poço de “malfeitos” ou espoliação do Estado é inesgotável. Como proclamou o decano do STF, descemos ao plano subalterno da delinquência institucional. Em outras palavras, vivemos uma crise política, econômica, social e moral, nutrida por um esquema de corrupção sem precedentes em magnitude no mundo. ●



“A Amagis pode se orgulhar de ser uma Associação representativa, atuante, bem estruturada e organizada, que tem prestado excelentes serviços aos magistrados da Justiça mineira e correspondido ao alto conceito que têm. Nas pessoas do desembargador Herbert José Almeida Carneiro e dos demais diretores, damos os parabéns a todos os filiados, pelos 60 anos de existência da entidade e por sua constante evolução.”

– Desembargadora Maria Laura Franco Lima de Faria, presidente do TRT-MG



“É com alegria que, em nome da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, parabeno a Amagis pelos seus 60 anos de atuação em prol de um Poder Judiciário independente, justo e moral, zelando sempre pela harmonia dos integrantes do sistema de Justiça, principalmente em favor da população carente das alterações, que, muitas vezes, tem no Judiciário mineiro, por meio da DPMG, a solução de problemas tão caros.”

– Christiane Neves Procópio Malard, defensora Pública-Geral de Minas Gerais

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

Tribunal de Justiça e TRE-MG empossam desembargadores

O juiz Maurício Torres Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, tomou posse, no dia 29 de setembro, como desembargador do TJMG, e passa a compor a 3ª Câmara Cível do Tribunal.

A cerimônia de posse foi realizada no auditório do anexo da unidade Goiás do Tribunal de Justiça, com a participação de diversas autoridades, como o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro.

Maurício Soares, que, nos últimos meses atuava como juiz substituto na 7ª Câmara Cível, será substituído pelo juiz Agnaldo Rodrigues Pereira, titular da 2ª Vara de Feitos Tributários de Comarca de Belo Horizonte. No dia 16 de setembro, o juiz Fernando Vasconcelos Lins, da 1ª Vara de Feitos Tributários da capital mineira, tomou posse como substituto na 5ª Câmara Cível.

No início de setembro, no dia 8, foi a vez da procuradora de Justiça, Shirley Frenzi Bertão, nomeada pelo gover-

nador de Minas Gerais, tomar posse como desembargadora da 11ª Câmara Cível do TJMG, na vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Silas de Oliveira. A juíza Luzia Peixôto, no exercício da presidência da Amagis, acompanhada da diretora de Comunicação, juíza Rosimere Couto, participou da solenidade no Tribunal. Duas semanas depois de sua posse, Shirley Frenzi filiou-se à Amagis, sendo recebida pelo presidente Herbert Carneiro e pelos diretores Maurício Soares e Alberto Diniz.

TRE-MG

Eleito pelo Pleno do TJMG, o desembargador Pedro Bernardes tomou posse, no dia 27 de agosto, no cargo de desembargador substituto do TRE-MG. O magistrado foi recebido pelo presidente do TRE-MG, desembargador Paulo César Dias, e pelos integrantes da Corte Eleitoral. A juíza Luzia Peixôto, vice-presidente Administrativa da Amagis, representou o presidente Herbert Carneiro, na solenidade realizada no Tribunal Eleitoral. ●

Izabela Machado

**Com familiares e Pedro Bitencourt, Maurício Soares é empossado****Magistrados na posse do desembargador Pedro Bernardes, no TRE-MG**

Tiago Parrela

**Desembargadora Shirley Frenzi Bertão e o presidente do TJ**

**CIVIC 2016. VOCÊ VAI QUERER
PEDIR VISTA PARA OLHAR
MAIS DE PERTO.**

**PROTECTOR DE CÂRTER
CORTESIA: * JOGO DE TAPETES
INSULFILM**



Home **
and Office
Delivery

A AUTO JAPAN
PARABENIZA A
AMAGIS PELOS
60 ANOS DE
MAGISTRATURA.

**DESCONTO DE 6,5%
PARA OS MAGISTRADOS. *****

Rede de Concessionárias Auto Japan. Mais Honda. Mais Você.

RAJA
Raja, 2760 - 3298-2900
BANDEIRANTES
Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA
Catalão, 750 - 3469-5900
CIDADE NOVA
Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

SEMINOVOS BARÃO
Barão, 2761 - 3313-4611
autojapan.com.br

**AUTO JAPAN**

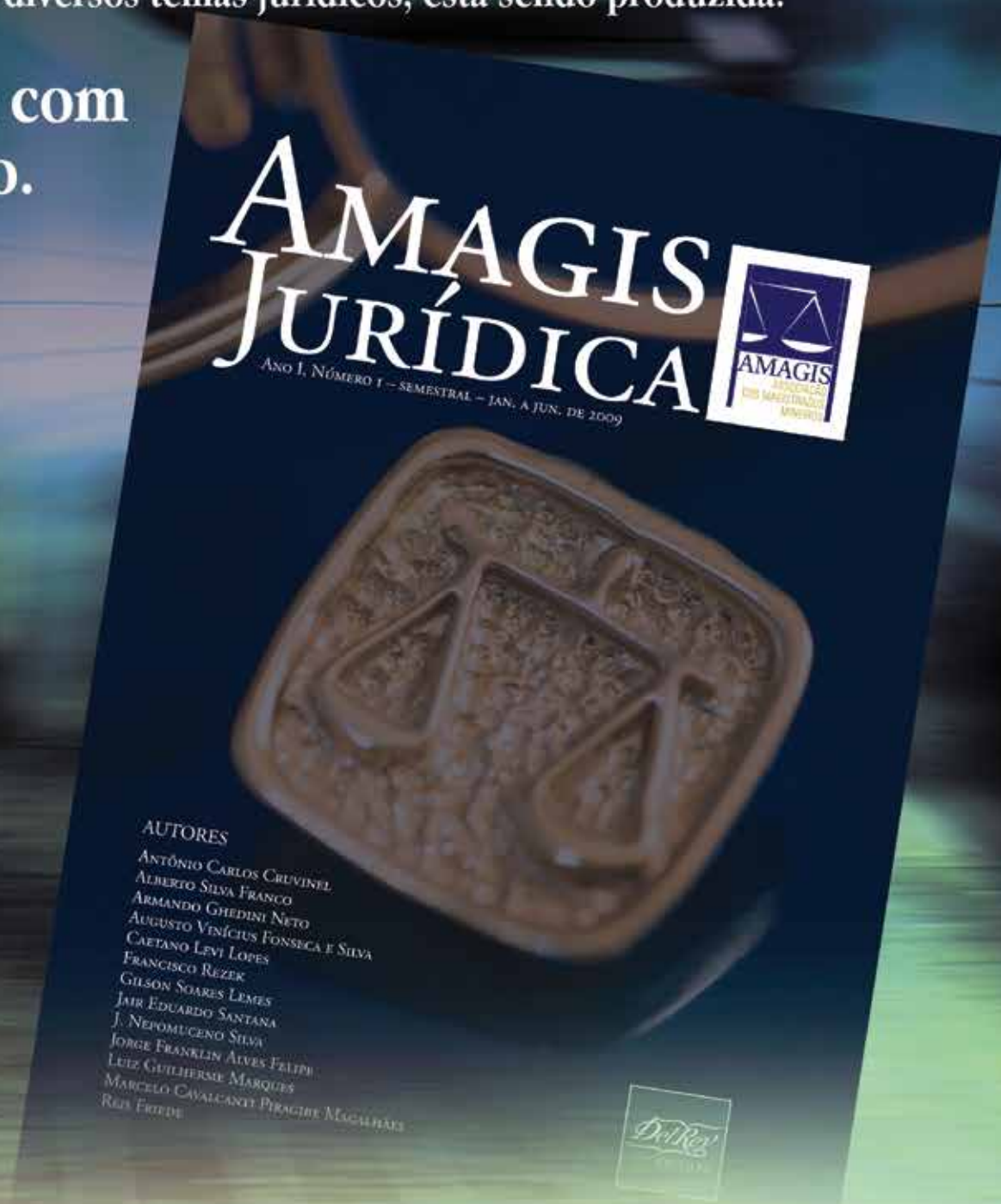
*Protetor de cârter, insulfil e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda CIVIC 2016, para filiados Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Civic, City e Fit de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda a sexta-feira mediante agendamento prévio. ***Desconto de 6,5% do valor à vista PPS para o modelo Civic 2016, para filiados Amagis. Consulte condições. Condições válidas de 01/10/2015 a 31/10/2015. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com seu artigo.



Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

PARCERIA

Jeep dá vantagens exclusivas para magistrados



Wagner Cruz e Shawn Paul Pentagna com o Jeep Renegade

No mês em que comemora seus 60 anos, a Amagis celebra um novo convênio a fim de oferecer benefícios aos associados. A nova parceira é Strada Jeep, que preparou uma promoção exclusiva para a magistratura.

Em outubro, os magistrados terão R\$ 2 mil de desconto na compra do Renegade Sport Flex (automático e manual), R\$ 1.500,00 em bônus ou desconto nos acessórios para qualquer versão dessa marca e 20% de desconto em todos os serviços e revisões na oficina (durante a garantia). E mais, aquele que indicar dois compradores ganhará uma camisa oficial de seu time de coração (campeonato brasileiro).

Com 74 anos de tradição, a Jeep está instalada nos principais mercados mundiais, e chegou ao Brasil em abril deste

ano, como um empreendimento do grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA), cuja fábrica brasileira fica em Goiana (PE).

A meta do fabricante é vender 80 mil carros por ano, como revela o superintendente da Strada Jeep, Shawn Paul Pentagna. Para isso, a empresa aposta no conforto, estabilidade, potência, economia, segurança (60 itens ao todo e melhor aceitação da blindagem) e tração 4 x 4 ou 4 x 2, na versão flex, para atender a motoristas que dirigem no campo ou na cidade. "Você tem todo o DNA da Jeep em um carro nacional, fabricado pela primeira vez no Brasil, que é o Jeep Renegade", acrescentou Shawn.

A Strada Jeep fica na Avenida do Contorno, 10.601, no Barro Preto. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3478-0300 ou pelo site stradajeep.com.br. ●

Nos 60 anos da AMAGIS,
parabéns a todos aqueles que contribuíram
com a história de fortalecimento
da justiça mineira.

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL DE EMPRESAS.

31 3282-5374 | RUA RAIMUNDO CORREA | 52 | SALA 02 | SÃO PEDRO
CEP 30330-090 | BH | MG | WWW.DICTUMINSTITUTO.COM.BR

Dictum
instituto de gestão e perícia

CHIARADIA
turismo

**DESCONTOS
ESPECIAIS NESTE
INVERNO EUROPEU**



SUPER OFERTAS

Descontos especiais para os **Associados AMAGIS**
na compra de pacotes dos **Roteiros Italianos** realizados
entre **15 de Novembro de 2015** e **15 de Abril de 2016!**

15% para os roteiros **COMPRAS**
10% para os roteiros **TURÍSTICOS**
12% para os roteiros **COMBINADOS**

www.chiaradiaturismo.pt

CONVÊNIO AMAGIS

RECURSO EM CARTÓRIO

Proteste a sentença condenatória

JUIZ AGNALDO RODRIGUES PEREIRA*

A Constituição Federal adotou o princípio da inafastabilidade da jurisdição, assegurando no inciso XXXV do Artigo 5º que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.”

Para evitar que os cidadãos façam “justiça com as próprias mãos”, o Estado dispõe de normas e de instrumentos processuais que garantem o acesso à Justiça para solução de conflitos familiares, patrimoniais e sociais, entre os cidadãos e deses com o próprio Estado.

Busca-se a paz social e, para tanto, são incentivados os métodos de soluções amigáveis de conflitos, destacando-se a conciliação (pré-processual, no início, curso da fase de cognição e na fase de execução), quando as partes são incentivadas a por fim à demanda por acordo.

Normalmente, obtida a conciliação e firmado o acordo, invariavelmente, as obrigações são cumpridas a tempo e modo e é colocada uma ‘pá de cal’ naquelas questões, contudo, em alguns casos, não é obtido o almejado acordo, impondo ao Poder Judiciário dizer o direito, conforme o ordenamento jurídico em vigor.

Uma vez decidida a primeira fase do processo (procedente, improcedente ou procedente em parte), a decisão judicial poderá impor ao vencido a obrigação de pagar à outra parte importância em dinheiro, que poderá ser executada/exigida pela parte credora, dando-se início à segunda fase do processo, qual seja: a fase de cumprimento da sentença!

Se o vencido satisfazer a obrigação (pagar a dívida), no prazo de 15 dias, ficará livre da multa de 10% do valor devido e o processo será arquivado definitivamente. Caso contrário, o Poder Judiciário terá que adotar todas as medidas cabíveis para satisfação do direito do credor.

As medidas, para satisfação do direito do credor, passam pela penhora de valores (dinheiro depositado em instituições financeiras ou na ‘boca do caixa’), de veículos, joias, móveis, semoventes e imóveis, etc, cabendo, de toda sorte, ao credor indicar ao Juízo a relação dos bens de propriedade do devedor passíveis de penhora, para indispensável expropriação: adjudicação ou leilão dos bens!

“O protesto da sentença, portanto, é mais uma medida eficaz posta à disposição do credor para obrigar o seu devedor a satisfazer a condenação”

É nesse momento que está localizado o ‘maior gargalo’ e que fomenta a tão propalada “morsidade do Judiciário”, já que nem sempre as medidas judiciais adotadas (Bancejud, Renajud, Infojud, Infoseg, indisponibilidade de bens, etc) são eficazes para localização de bens e direitos e, em igual diapasão, o credor também não indica bens a serem penhorados.

O processo, literalmente, para e será suspenso até que sejam localizados bens passíveis de penhora e, com isso, passam a “dormitar” nos imensos e “lotados” arquivos provisórios da Justiça, até que sejam alcançados pela prescrição! Uma vez prescrito o crédito, o credor ficará a “ver navios”!

Mas, um novo instrumento já está à disposição do vencedor e credor para compelir o devedor a satisfazer a obrigação constante da sentença: é o protesto da sentença condenatória!

Pouco conhecido – mesmo entre os operadores do direito –, mas, atualmente, já é plenamente possível que o credor vá ao cartório de protestos e, munido com uma certidão da

condenação, indicar o título judicial (a sentença) para protesto, para prova e publicidade da inadimplência, conforme assegura o § 2º do Art. 290 do Código de Normas (provimento Nº 260/CGJ/2013), in verbis:

“§ 2º As sentenças cíveis condenatórias poderão ser protestadas mediante apresentação de certidão do respectivo juízo, do qual conste expressa menção ao trânsito em julgado, sendo responsabilidade do apresentante a indicação do valor a ser protestado.”

No caso, se o devedor não pagar os valores devidos, será efetivado o protesto e, com isso, abrir-se-ão as portas para consulta da população em geral e, também, para os órgãos de proteção ao crédito.

No popular: o devedor ficará com o “nome sujo” e, conseqüentemente, sofrerá restrições ao seu crédito.

O protesto da sentença, portanto, é mais uma medida eficaz posta à disposição do credor para obrigar o seu devedor a satisfazer a condenação e, ainda, contribuir para que o Poder Judiciário cumpra integralmente a sua missão.

Inclusive, o novo CPC, que entrará em vigor no ano vindouro, prevê, de forma obrigatória, o protesto da dívida do devedor de alimentos, cabendo ao juiz, de ofício, mandar protestar o pronunciamento judicial e, ainda, decretar a prisão nos termos do § 3º do Artigo 528 do NCPC:

Se o executado não pagar, ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses. Em resumo, não perca tempo e nem dinheiro. Ajude o Poder Judiciário a satisfazer o seu direito: proteste a sentença condenatória! ●

(*) Titular da 2ª Vara de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais.



“A magistratura, assim como a advocacia, é indispensável à manutenção do Estado Democrático de Direito e à independência e autonomia do Poder Judiciário, no equilíbrio da tripartição dos poderes. Assim, a Ordem dos Advogados do Brasil tem o prazer de celebrar a comemoração do aniversário da Amagis na certeza de que a Associação cumpre papel fundamental na defesa da magistratura mineira e brasileira.”

– Luis Cláudio Chaves,
presidente da OAB-MG



“A Amagis, que tão bem representa os magistrados mineiros, é uma das mais importantes Associações no meio político e social mineiro, tendo sido, nestes 60 anos, fundamental para o fortalecimento da Justiça e do Estado Democrático de Direito. Parabéns à magistratura mineira por possuir uma entidade forte, sólida e atuante.”

– Eduardo Cyrino
Generoso, diretor
presidente da ADEP-MG

CNJ

Conselheiro vê importância na contribuição dos juízes

Nomeado novo **conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pela presidente Dilma Rousseff, no dia 2 de outubro, o desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen inicia uma nova etapa na carreira, depositando sua confiança na magistratura, que, para ele, pode contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário, valendo-se das atribuições e iniciativas do CNJ. Nesse novo desafio, Levenhagen conta com sua experiência na magistratura mineira para contribuir com a melhoria da prestação jurisdicional.**

Em setembro de 1987, por orientação da AMB, os juízes constavam em ata protesto contra a criação do CNJ. Instituído em 2004, o Conselho enfrentou ainda alguma resistência. O que mudou desde 1987 para a criação do CNJ em 2004 e sua consolidação nos dias atuais?

A magistratura historicamente se posicionou contra a criação do Conselho Nacional de Justiça porque entendia, então, que sua implementação representaria indevida ingerência e desconsideração à independência e autonomia do Poder Judiciário. A AMB, inclusive, ingressou com a ADI 3.367 junto ao

STF, que, por seu turno, reconheceu a constitucionalidade da criação do CNJ, acolhido como órgão de natureza exclusivamente administrativa, e com atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da Justiça. Definida a questão pelo STF, na condição de intérprete da Constituição Federal, cabe à magistratura utilizar-se das atribuições e iniciativas do CNJ para contribuir com o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Como o senhor avalia que deve ser a relação entre o Conselho e os Tribunais de Justiça?

O relacionamento entre os tribunais e o CNJ tem sido de cooperação. A atribuição correcional e disciplinar exercida pelo CNJ foi objeto de análise pelo STF (ADI 4.638) quando da impugnação da Resolução 135, que fixou a competência concorrente do Conselho para investigar juízes, independentemente da atuação da corregedoria dos tribunais; e a expectativa é de que sejam respeitadas suas atribuições, o que, na prática, tem ocorrido. A medida é salutar e funciona como um sistema de pesos e contrapesos.

As diretrizes nacionais do CNJ podem interferir na autonomia dos tribunais?

As medidas mais atuais não indicam haver interferência do CNJ na autonomia dos tribunais.

Recentemente, foram lançadas as diretrizes de gestão para o biênio 2015-2016, pela portaria 15.2015, assinada pelo ministro Ricardo Lewandowski, com 12 propósitos de planejamento estratégico e formulação de novas metas nacionais. As diretrizes vão da intensificação das relações institucionais do CNJ com os demais Poderes e instituições essenciais à administração da justiça, passando pelo impulsionamento do uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões e pelo incentivo a formas alternativas de solução de conflitos, sempre com permanente interlocução com os juízes e tribunais do País. O conselho tem, efetivamente, contribuído com a padronização de diretrizes para o funcionamento dos tribunais.

De que forma o CNJ pode ser um instrumento para aproximar o Judiciário do cidadão?

O CNJ tem grande preocupação em aproximar o cidadão do Judiciário. A Ouvidoria do Conselho constitui canal direto com o cidadão e permite a cooperação ativa dos cidadãos no controle da qualidade dos serviços públicos. Em Minas Gerais, a Ouvidoria está em

Marcelo Albert / TJMG

**Carlos Augusto de Barros Levenhagen**

pleno funcionamento, atualmente sob as ordens do desembargador Moacyr Lobato.

“Cabe à magistratura utilizar-se das atribuições e iniciativas do CNJ para contribuir com o aperfeiçoamento do Poder Judiciário”

Como o senhor espera contribuir para que o CNJ possa cumprir sua missão?

Tive a felicidade de galgar todos os degraus da estrutura funcional do Poder Judiciário mineiro. Comecei como serventuário da justiça,

prestando serviço ao Cartório Eleitoral da Comarca de Varginha. Posteriormente, exerci a advocacia por dois anos. Em seguida, aprovado no concurso para promotor de Justiça, exerci suas atribuições nas Comarcas de Rio Preto e Lambari. Em 1988,

assumi a magistratura mineira, passando pelas Comarcas de Conceição do Rio Verde, Aiuruoca, Lavras e Belo Horizonte. Em 2008, assumi o cargo de desembargador e tive oportunidade de atuar e vários segmentos do Tribunal, como Órgão Especial, Comissão Salarial, Comissão Administrativa, Conselho de Gestão dos Juizados Especiais etc. A experiência de vida e profissional amalhada nesses anos será utilizada, estou certo, na formulação de diretrizes e políticas de fortalecimento do Poder Judiciário brasileiro. Minha vivência na atividade associativa, como vice-presidente e presidente da Amagis, também será de grande valia na consecução da missão de contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade. ●



GRUPO CRÉDITO

A Equipe do Grupo Crédito parabeniza a
Associação dos Magistrados Mineiros
pelos **60 ANOS** de atuação!

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37)9947-7742 fernando@grupocredito.com.br



LEILOEIROS ESPECIALIZADOS EM LEILÕES PRESENCIAIS E ON-LINE

Contato (37) 3242-2001 - 9862-5659



Programa
AMOR à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de
vida para você, usuário do
AMAGIS SAÚDE

OUTUBRO ROSA

Amagis Saúde incentiva prevenção com mamografia

Com o objetivo de estimular a prevenção do câncer de mama, a Amagis Saúde participa da campanha Outubro Rosa. Neste ano, todos os exames de mamografia, convencional e digital, que forem realizados no mês de outubro, estarão isentos de coparticipação, ou seja, as associadas não pagarão a parte que normalmente cabe a elas para fazer esse exame.

A medida é válida para os exames que efetivamente forem feitos no mês de outubro, independentemente da data do pedido médico, e para os dois grupos do plano de saúde. É necessário o pedido médico com a indicação do exame. Além disso, serão distribuídos botons alusivos à campanha durante este mês.

PREVENÇÃO

A Amagis Saúde tomou a iniciativa porque acredita que a prevenção é o melhor remédio e uma das medidas mais eficazes

no combate à doença. Atualmente, o câncer é uma das doenças que mais cresce e uma das maiores causas de morte ao lado das doenças cardiovasculares. São mais de oito milhões de casos novos a cada ano, em todo o mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. No Brasil, a previsão do Instituto Nacional do Câncer (Inca) é de 570 mil novos casos em 2015, sendo 57 mil só de câncer de mama no País.

Para o oncologista Bruno Aragão, diretor da Clínica Cetus Oncologia, credenciada à Amagis Saúde, a melhor forma de se prevenir o câncer é mesmo o acompanhamento médico. “É necessário que a mulher conheça o seu corpo e tenha um acompanhamento médico que possa dar assistência em caso de alteração”, disse. De acordo com ele, o autoexame é muito importante, mas é necessário saber que alguns tumores podem não ser

Shutterstock



percebidos no toque e, por isso, a mamografia, bem como o ultrassom e a ressonância magnética, quando solicitadas, são extremamente importantes, sobretudo para as mulheres com mais de 40 anos.

Aragão informou que qualquer tipo de tumor, não apenas o de mama, está ligado ao envelhecimento e a alterações da célula. “Um

terço deles tem influência do meio ambiente ou de algum fator hormonal ou genético. Mas os outros dois terços dos tumores aparecem aleatoriamente, durante uma modificação celular. Se não podemos evitar, que tenhamos em mente a importância de um diagnóstico precoce como uma chance maior de cura”, orientou o oncologista. ●

DICAS DA AMAGIS SAÚDE: CIRURGIA DE CATARATA



Desencadeada por fatores como traumatismo, idade, diabetes mellitus e uveíte entre outros, a catarata é uma patologia dos olhos que consiste na opacidade parcial ou total do cristalino ou de sua cápsula.

A catarata é curada por meio de cirurgia que consiste em substituir o cristalino opaco pela lente intraocular. O uso dessa lente é abonado pela Amagis Saúde exclusi-

vamente para a correção de catarata.

Existem lentes intraoculares com especificações como tôricas, bifocais, multifocais e com proteção de raios ultravioletas que não são abonadas e não são reembolsadas pela Amagis Saúde. Caso o usuário opte pela lente intraocular com indicações específicas, a Amagis Saúde poderá abonar o associado em até R\$ 800,00, valor corresponden-

te ao teto da lente intraocular, quando o hospital/clínica não cobrar a uso da lente pela Amagis Saúde.

Antes de agendar a cirurgia de catarata, é importante entrar em contato com a Amagis Saúde, no setor de atendimento, para ter mais informações sobre o reembolso da lente intraocular. Os telefones do atendimento são: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juizes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juizes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noel Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Bacvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

PADRÃO DE QUALIDADE

ANS confirma excelência da Amagis Saúde pela 8ª vez

A Agência Nacional de Saúde (ANS) divulgou, no dia 18 de setembro, o resultado do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar (IDSS) – programa de qualificação de saúde suplementar –, confirmando a excelência do Amagis Saúde, conforme antecipou o jornal DECISÃO na edição de setembro deste ano.

Com a pontuação de 0,8967, a Amagis Saúde recebeu avaliação positiva nos principais quesitos avaliados pela ANS (veja ao lado). As notas do IDSS são divididas em cinco faixas de variação e são estabelecidas a partir da avaliação de 29 indicadores distribuídos da seguinte forma: 16 para a atenção à saúde; seis relacionados à estrutura; quatro envolvendo aspectos econômico-financeiros e três sobre operação e satisfação do beneficiário.

Na atenção à saúde, cujo peso na avaliação é de 40%, a Amagis Saúde recebeu nota 0,8763. Nesse ponto, são observadas ações de promoção, prevenção e assistência à saúde prestada aos beneficiários de planos de saúde. Cada um dos demais indicadores possuem peso de 20% da nota total. Para esse critério é destacado o

equilíbrio econômico-financeiro do plano de saúde da magistratura mineira com a nota 1, que é a pontuação máxima.

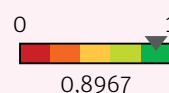
No quesito satisfação dos beneficiários, no qual são aferidos os resultados do índice de reclamações; da proporção de beneficiários com desistência no primeiro ano de contrato e possíveis infrações à legislação, a Amagis Saúde recebeu avaliação 0,9568.

GESTÃO COMPARTILHADA

Criado há 39 anos, o propósito inicial do plano de saúde da magistratura mineira era suprir o atendimento do Instituto de Previdência Social do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), especialmente para os magistrados que atuavam nas comarcas do interior.

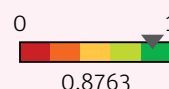
Ao longo das décadas, o Amagis Saúde passou por melhorias, sempre observando as exigências da ANS, consolidando-se e sendo reconhecido pela Agência como uma operadora de autogestão de alto padrão. O plano é dirigido pelo Conselho Gestor de Saúde, que, de forma compartilhada, trabalha para manter a excelência conquistada nos últimos anos. ●

IDSS DA OPERADORA 2015 (ANO BASE 2014)



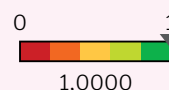
ATENÇÃO A SAÚDE

Avalia a qualidade da atenção, buscando avaliar as ações de promoção, prevenção e assistência à saúde prestada aos beneficiários de planos privados de saúde.



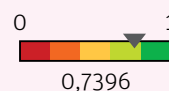
ECONÔMICO-FINANCEIRO

Acompanha o equilíbrio econômico-financeiro das operadoras de plano de saúde sob o ponto de vista das condições de liquidez e solvência, avaliando a capacidade de manter-se em dia com suas obrigações financeiras junto a seus prestadores para o atendimento com qualidade e de forma contínua a seus beneficiários.



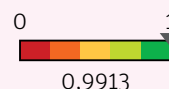
ESTRUTURA E OPERAÇÃO

Afere as condições da oferta de rede de consultórios, hospitais, ambulatorios, laboratórios e centros diagnósticos oferecidos pelas operadoras de planos de saúde para o atendimento de seus beneficiários. Além disso, avalia o cumprimento das obrigações técnicas e cadastrais das operadoras junto a ANS.



SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Representa os resultados do índice de reclamações; da proporção de beneficiários com desistência no primeiro ano de contrato e mede a gravidade das infrações à legislação cometidas pela operadora.



Fonte: ANS

Capacitação garante qualidade do atendimento

A cada dois meses, funcionários do Amagis Saúde participam da capacitação para operação do FAC PLAN, sistema integrado com o banco de dados de credenciados e de todos os associados, com o qual é feito o gerenciamento dos procedimentos administrativos do plano de saúde.

A adoção do sistema atende à exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar e tem como objetivo automatizar e otimizar os processos internos dos planos de saúde.

Com a capacitação, feita por videoconferência, os funcionários do Amagis Saúde co-

nhecem as principais novidades do sistema integrado como autorização médica, rede de credenciados e toda a parte financeira do plano, mantendo-se atualizados sobre procedimentos adotados no atendimento diário aos usuários do plano de saúde. ●